

Fanzine



Número 4 | Junho 2021

RECONSTRUÇÃO



EDITORIAL

A presente pandemia abalou o edifício do Antigo Mundo até às suas fundações, pondo a nu outras doenças patogénicas da Justiça da Cidade, que permaneciam escondidas nestas Sociedades contemporâneas, angustiadas e desencantadas. Agora, quando nas mais densas trevas volta a brilhar a Luz da Esperança, alimentada pelas janelas que a Ciência e a Razão possibilitaram abrir, importa tirarmos as devidas ilações, que nos permitam retificar o Projeto, e retomar a Construção.

É necessário reconstruir-se a Beleza do Mundo, sendo certo que se, para todos os Maçons, o melhor adorno do seu Templo Interior é o das Virtudes, para os Irmãos e Irmãs do Rito Francês este conceito, transposto para o Templo Exterior, apela também a uma constante desconstrução e reconstrução do projeto social, sustentada na Laicidade, e nos Valores que enformam a nossa Divisa Republicana. Reconstruir impõe-se, no Aqui e Agora, e resulta obvio que tal não poderá ser feito sem Humildade, sem Razão, e sem Humanismo.

Também a Maçonaria, enquanto Luz de Progresso, necessita de ser reconstruída, se pretender ter sentido, num Mundo cada vez mais complexo, e menos antropocêntrico. Importa que tenha utilidade, e capacidade de dar resposta aos múltiplos legítimos anseios de todos os Profanos, que continuam a bater à porta dos Templos, sejam eles de ordem filosófica, societária, ou espiritual, não esquecendo que, subjacentemente a esta pluralidade de caminhos, deverá haver sempre uma dimensão fraternal. Tal não sucederá se não imperar a alteridade, que permita reconhecer, na diversidade de demandas, que *“é sempre mais o que nos une do que o que nos separa”*. Necessita-se de uma Maçonaria tolerante para poder ser unida, unida para se tornar forte, e forte para poder ser útil à Humanidade. Daí que se nos afigure que não poderá haver Reconstrução da Nossa Augusta Ordem sem consensos, congregação de esforços, e *“Pactos de União”*.

É, pois, por atravessarmos momentos, que se constituem como ponte entre diferentes Mundos, e diferentes tempos, que julgámos importante escolher o tema da *“Reconstrução”* para linha orientadora da FANZINE nº 4. Recolhemos, assim, contributos de Irmãos e Irmãs de distintas Obediências, Jurisdições, e Ritos, na esperança de que, na riqueza da diversidade desta reunião do que está disperso, o presente número da nossa publicação possa apelar a que todos os leitores continuem a retificar, incessantemente, tanto o projeto coletivo como a si próprios, em ordem a que possam continuar a ser, nestes tempos de passagem, verdadeiros artesãos do Progresso Social, neste caminho de reconquista da Liberdade, e de retoma das nossas Cadeias de União.

Ansiamos por elas, pois este Símbolo recorda-nos que *“a Fraternidade é a glória, a base, a pedra angular e o cimento da nossa Antiga Confraria”* e, sem Fraternidade não haverá a desejada passagem da ponte com Esperança, sem deixar ninguém para trás.

Joaquim Grave dos Santos



ÍNDICE

1 - EDITORIAL

Joaquim Grave dos Santos

TEMA DE CAPA

3 - OS ÍDOLOS DO TEATRO

Nuno Gatz

10 - APRÉS L'EFFROI, RECRÉER

Jean-Paul Chadeuil

13 - DEPOIS DA GUERRA - A RECONSTRUÇÃO EUROPEIA

Jaime Freitas

21 - RECONSTRUÇÃO DA MAÇONARIA

Fernando Marques da Costa

28 - RECONSTRUÇÃO DA MAÇONARIA INTERNACIONAL

Pedro Rangel

31 - CABEÇAS 4.0

Al Gore

RITO FRANCÊS

36 - A ARTE REAL E A BELEZA DO TEMPLO

M A R

PORTUGAL ENTRE COLUNAS

40 - FERNANDO PESSOA O POETA

António Gargaté

43 - LEMBRAR O ESCULTOR

Alberto Lourenço

DEGUSTAÇÕES

45 - RECENSÃO

47 - CONFERÊNCIAS “SAPERE AUDE”



S.A. FRATERNIDADE
G.A. G.P. - R.F.
6009

Publicação digital do

SOBERANO CAPÍTULO
FRATERNIDADE
ao Vale de Lisboa

GRANDE CAPÍTULO GERAL DE
PORTUGAL - RITO FRANCÊS

Contacto: fanzine81@gmail.com

Diretor
ALBERTO LOURENÇO

Editor
JOAQUIM GRAVE DOS SANTOS

conselho editorial
ANTÓNIO GARGATÉ
NUNO DIAS PEREIRA
NUNO DE SOUSA NEVES
RICARDO GAIO ALVES

Design
JOÃO G.

TEMA DE CAPA

OS ÍDOLOS DO TEATRO



O teatro de Shakespeare -[1]

A primeira vez que tive conhecimento deste conjunto de textos não lhes dei grande crédito pois conheço bem as manipulações e adulterações que temos vindo a observar, nos últimos anos, no que respeita a documentos pretensamente fundadores da maçonaria moderna.

Nestes manuscritos Francis Bacon parece dirigir-se a um conjunto de amigos, sobretudo actores, que na altura seriam também dramaturgos e encenadores, participando activamente na criação de novas peças, testando frases, palavras, praticando atitudes e expressões.

Parece que se trata de uma reunião fechada de um grupo relativamente restrito, em que se se propõe e se discute um programa, um projecto filosófico para peças de teatro, que deveriam ser construídas como forma de veicular ideias e particularmente, desconstruir ideias, apelando ao melhor talento dramático dos participantes.

Tentámos verificar o melhor possível a autenticidade dos documentos e, embora a maior parte das ideias nos pareça plausível, considerando outros escritos dos envolvidos, não podemos garantir que se trata de originais não sujeitos a adulterações. Traduzimos directamente dos textos do fólho, do Latim e do Inglês, com expressões da época, tendo consultado especialistas para a verificação final do documento que se

apresenta. Nos manuscritos transcritos, em que as afirmações de encontram atribuídas aos seus autores como se de uma peça se tratasse, alguns dos nomes encontram-se intencionalmente rasurados. Não foi possível recorrer a técnicas que permitissem a sua identificação, nem tampouco identificar uma data aproximada em que essa ocultação intencional teve lugar. Tendo exposto as nossas dúvidas em relação ao conteúdo dos textos que se apresentam, considerámos, no entanto, que existiam razões suficientes para aqui serem divulgados, mesmo sujeitos a participar de uma manipulação ou mistificação. Considerámos que a sua avaliação poderia transcender uma perspectiva mais estrita, de verdade ou mentira, permitindo ao leitor centrar-se noutros aspectos, como os processos de construção de ideias num ambiente de criação ficcional.

Como em tantos outros projectos ficcionais, outros personagens, a verdade é uma perspectiva, mais acessível no contacto com os processos de construção da mentira. Um jogo de sombras feito para revelar a luz que só pode surgir da interrogação, do questionamento, num individual, mas também colectivo processo de construção, desconstrução, reconstrução.

---###---

Francis B. – Há já alguns anos que temos vindo a observar que florescem as reuniões de homens esclarecidos, iluminados, convencidos da emergência de um tempo novo – um tempo da razão e das luzes, em que acreditamos ser possível à humanidade alcançar o conhecimento e desenvolver-se. Sabemos bem que as ideias e os princípios por si só não garantem a que as transformações ocorram. A vida é mais complexa que isso. São muitos e poderosos os ídolos do pensamento humano e, nos seus fundamentos de falsidade, evoluem tantas vezes pela conveniência do momento e criam estruturas para se perpetuarem.

– Mas não chegámos onde estamos por acaso. Algo, na barbárie que tantas vezes acompanhou a existência das sociedades humanas permitiu a evolução de alguns que acreditam que a construção do futuro pode ser algo diferente.

– Os Ídolos do Teatro, são teorias, ideias, sombras, que imigraram para o espírito dos homens por meio das diversas doutrinas filosóficas e também pelas regras viciosas da demonstração. Chamo-lhes ídolos do teatro por parecer que as filosofias adoptadas ou inventadas são outras tantas fábulas, produzidas e representadas, que figuram mundos fictícios e teatrais. Não nos referimos apenas às que ora existem ou às filosofias e seitas dos antigos. Inúmeras fábulas do mesmo teor se podem reunir e compor, por que as causas dos erros mais diversos são quase as mesmas. A admiração dos homens pelas doutrinas e artes, por si mesma bastante singela e mesmo pueril, foi incrementada pela astúcia e pelos artificios dos que se ocuparam das ciências e as difundiram. Pois, levados pela ambição e pela afectação, apresentam-nas de tal modo ordenadas e como que mascaradas que, ao olhar dos homens, pareciam perfeitas em suas partes e já completamente acabadas.

– Trataremos, pois, de compreender o processo de geração destes ídolos como forma de os utilizar na demonstração sugestiva dos diferentes tipos de erros exercitando a mente humana na sua identificação por analogia e deles começando a preparar o caminho para a grande instauração.

“intelligere poterimus nos viam, quasi in via generationis harum idola ad demonstrationem suggerentes de diversis erroribus exercem animi humana idem et in similitudinem incipiendo ab ipsis viam sternat pro de instauratio magna.”

(Extraído do original - tratado digitalmente)

– Não vejo melhor maneira do que desconstruir e replicar parte desses processos. Parece que uma boa mentira liberta, na sua construção e evolução, mais verdades do que a própria verdade, quando apresentada sem a devida encenação. E acontece com as fábulas deste teatro o mesmo que no teatro dos poetas. As narrações feitas para a cena são mais ordenadas e elegantes e aprazem mais que as verdadeiras narrações tomadas da história.

William S. – Também não vejo melhor solução que a encenação e a fábula. Com a encenação, com o ritual de momentos profundos, lidamos com o tempo e a história e pretendemos construir um e outro. De quem são as palavras não importa tanto, mas sim como elas evoluem e se adaptam à construção de momentos e ideias. A frase é uma evolução do que vem do passado para o que somos no presente, que vivemos, e para o futuro que sonhamos. Posso, em passado, presente e futuro, fingir em mim todas as emoções do mundo. Sonhos, pesadelos, tristeza, alegria e criar uma síntese em cada momento. Em que sou.

Francis B. – Os ídolos do teatro são uma construção de todos. São cada momento na eloquência de uma palavra, que se entende de modo diferente e forma nos espíritos um conceito que ora aproxima, ora afasta. – Os homens, com efeito, crêem que a sua razão governa as palavras. Mas sucede também que as palavras voltam e refletem suas forças sobre o intelecto. Devemos, pois, treinar a palavra, ensaiar as frases e atitudes, como num laboratório que se combinam matérias e signos. Estudar, pela exploração, essa ciência complexa da génese das ideias e princípios.

William S. – Pela palavra, pelas novas palavras que inventarmos, pela originalidade das situações que criarmos, evitaremos o efêmero, a acção que não se desenvolve e que desaparece sem deixar rasto ou seguidor. Seremos actores de ideias que se reconstróem em cada um, mas mantêm a sua orientação, o seu propósito, enquanto alicerces de uma união que crescerá para o futuro.

■ - E quais histórias, que fábulas devemos utilizar para começar este projecto de união? Parece-me que devemos partir da união dos homens para a união dos valores. Da emoção de pertença e de partilha para elaborações mais elaboradas no quadro dos valores. Como diria Ramsay “*Nós queremos reunir os Homens de espírito esclarecido (...) em que o interesse da confraternidade se torna o do todo o género humano (...)*”

Francis B. - Se o centro da sociedade, é o homem, capaz de, através da sua razão, entender que faz parte de uma dinâmica histórica em que é dono e responsável do seu destino, então como orientar esse destino, ou melhor, a construção desse destino? O conhecimento dos signos prepara o assentimento e a explicação de suas causas dissipa qualquer sombra de milagre. Ambas as coisas concorrem para a extirpação, de maneira fácil e suave, dos ídolos do intelecto.



[2]

- Confio na vossa arte para criarem os enredos, as situações e fábulas, que permitam a identificação dos ídolos do teatro, por cenas, expressões e personagens. Que estimulem a reconhecer os princípios da justiça, da amizade, da alegria, mas também da tristeza, da crueldade, do preconceito, do erro, da injustiça.

William S. - Um palhaço, alucinação de lucidez, pode representar a morte e ser uma metáfora da percepção da trágica e patética natureza da vida, em momentos em que a consciência do erro e dos embustes das sombras nos fazem ver e sentir com maior propriedade.

Macbeth – Concordo que é fundamental nestas peças a justiça e a consciência estudar. Mesmo aquela que nos parece mais clara e adequada, tantas vezes, essa justiça serena e equilibrada a nossos lábios apresenta o conteúdo envenenado da taça que nós mesmos preparámos. Como o espelho nos pode mostrar o nosso maior inimigo, a consciência pode ser um algoz tenebroso e incansável. Bastar-nos-á o lamento? a consciência do engano? como viveremos o dia seguinte?

Francis B. - Dá-nos um exemplo, Macbeth, desses dilacerantes enfrentamentos com a nossa consciência.

Macbeth – O amanhã, o amanhã. Outro amanhã, dia e dia se escoam de mansinho, até que chegue, alfim, a última sílaba do livro da memória. Nossos ontens para os tolos a estrada deixam clara da empoeirada morte.

Fora! Apaga-te, candeia transitória! A vida é apenas uma sombra ambulante, um pobre palhaço que se empavona e agita por uma hora no palco, sem que seja, após, ouvido; é uma história contada por idiotas, cheia de fúria e muita barulheira, que nada significa.

Francis B. – É esse talento que procuramos!

William S. – Cada vez este projecto acho mais divertido! Nada é interpretado exactamente da mesma forma por pessoas diferentes. Cada um é um palco de interpretação e acção subsequente. Na aquisição de cada conceito, na sua interpretação - que é uma desconstrução - e na sua reconstrução num conceito próprio. Somos todos e cada um, uma visão própria, que se torna mensagem e transmissão, sempre com algo de novo, porque sempre diferente, nunca igual.

Falstaff – Senti bem na pele o efeito das ficções que se melhor preparado haveria antecipado, mas a culpabilidade da minha consciência e a paralisação súbita do meu raciocínio tornaram crível um embuste grosseiro, a despeito de toda a rima e razão. Vede como um homem inteligente pode tornar-se num idiota, quando não sabe valer-se dos seus recursos naturais.



[3]

Francis B. - Meus irmãos, é tempo de avançarmos mais nesta visão para a estrutura de funcionamento deste projecto. Que seja claro, estareis a mentir - chamemos-lhe ficcionar - libertando a verdade, que de similar forma foram feitos alguns venerados textos.

William S. – Podemos começar cada peça de diferente maneira conforme mais adequado nos parecer. Ora um início simplesmente de contexto de tempo e de lugar, ora de desconstrução e até caos – “Entram três bruxas num lugar deserto entre trovões e relâmpagos”!

Ariel (espírito) – Ou uma tempestade! Como aquela em que os elementos e o tempo conjurei, num navio em que viajava, para tudo pôr em causa e o destino se resumisse ao presente de a vida salvar, tudo fazendo relativo e sem importância!

Próspero – Meu bravo espírito! Quem terá sido tão constante e firme que a razão não pendesse em tal revolta?

Ariel (espírito) – Não houve alma que a febre da loucura não revelasse e não mostrasse certos sinais de desespero. Com excepção dos marinheiros, todos mergulharam na espumosa voragem, desertando o navio que em chamas eu deixara.

Francis B. - Falemos agora do destino e da perfeição. Partiremos sempre do imperfeito e do diverso, mas não buscaremos a perfeição. Apenas e sempre uma dinâmica que sustente a evolução. Não apresentaremos uma proposta de um tempo orientado para a eternidade ou perfeição, mas antes uma visão de evolução e de um tempo de construção, desconstrução e reconstrução. O tempo de construção deverá partir de cuidadosa encenação assente em signos e valores escolhidos, nem sempre de lógica evidente, seja de tempo, espaço ou outra. Entendeis isto?

Shallow – Perfeitamente; é o que faço e o que sempre tenho feito nestes trezentos anos.

Slender – E a mesma coisa farão todos os descendentes que o precederam e todos os antepassados que nasceram depois dele.

Camilo – De forma que pareciam continuar juntos, embora estivessem separados e que se apertavam as mãos por sobre um grande abismo e se abraçavam nos confins dos ventos contrários.

Tempo – Eu, que a todos castigo, alegre e espanto bons e maus, erro muito e, no entretanto, descubro os erros, ora determino usar as asas com bastante tino, sob a forma do Tempo. Aceitai-me tal como sou, qual tenho sido antes de o uso vetusto haver nascido e o que ora ainda impera. Estive junto da hora que os viu nascer e do conjunto, também, do que há de vir, pois tudo passa, sendo certeza que eu deixarei baça toda esta luz, tal como na memória dos presentes se encontra a antiga história. Se o permitir vossa paciência, virarei a ampulheta, porque urgência ponha no conto, como se dormindo passado houvésseis esse tempo infindo.

Francis B. – Deve resultar, nas emoções e na razão, que o futuro pode ser construído com uma atitude moral e ética. Uma moral e uma ética que permitam a continuação do crescimento. Que permitam o desenvolvimento das sociedades e dos indivíduos. Que permitam que o prazer do aperfeiçoamento não seja travado, nem pela própria ideia de perfeição.

■ - E seremos suficientemente bons?

Polónio – Pela variedade, pelo número, pela forma como os escolhermos – os melhores do mundo para tragédia, comédia, história, pastoral, comédia pastoral, pastoral histórica, pastoral trágico-histórica, trágico-cómica-histórica, cenas sem divisão ou poesia sem limite. Para estes actores, Séneca não é muito pesado nem Platão leve demais. Seremos únicos, tanto para ler como no improviso.

William S. – Sim, e como se encontrará escrito no Eco do tempo, espelhos e outros ensaios, em alotropias, imaginando que o mundo presente é diferente do que realmente é; em utopias, mundos paralelos de existência possível ou supostamente real num lugar ou tempo diferente; em ucronias, espécie de história contra factual reflectindo sobre os efeitos de uma evolução diferente; em metatopias ou metacronias, explorando o processo evolutivo do passado recente numa ficção facilmente identificável, normalmente expondo os seus aspectos negativos, para que não ocorra.

Próspero – Muito me agradam estas palavras e este projecto. Tenho vivido nos últimos tempos descurando dos assuntos temporais e vivendo inteiramente retirado, a cuidar, tão-só, dos meios de aperfeiçoar o espírito com as artes que, a não serem secretas, no conceito dos homens subiriam. Mas continuo a acreditar que participo na construção da ciência do futuro e que que o meu zénite se acha dominado por um astro auspicioso. Somos feitos da matéria dos sonhos!

■ - E como se relacionam esses dois universos que em algum lado se misturam?



"Have you ever thought of putting them on in the park?"

[4]

Polónio – Ora em filosofia ora em estratégia. A nossa tarefa é um desígnio da construção da história, mas não estamos sós, nem o mundo é sempre receptivo e os homens confiáveis. Devemos estudar as atitudes e praticá-las. Não expressar tudo o que se pensa; Ouvir a todos, mas falar com poucos; Valorizar amigos testados, mas não oferecer amizade a cada um que aparecer na sua frente; Evitar entrar em qualquer luta, mas se obrigados a entrar numa que os inimigos nos temam; Sê fiel a ti mesmo e jamais serás falso com ninguém.

██████ – Assim se fará. E tentaremos tudo, inventaremos, reinventaremos. E os erros serão o material da reconstrução. Assumiremos que, como disse Próspero, somos a matéria de que são feitos os sonhos.

Francis B. – E actores seremos todos. Na antecipação da natureza e da história, mas também na sua interpretação e construção. Viajantes e mercadores de luz, mineiros, compiladores, lanternas e intérpretes da natureza! Todos em seus graus e qualidades habitando e sonhando um tempo novo.

Hamlet - E esses sonhos passaremos a outras gerações de actores e que o mundo possa aprender a tratá-los bem porque são o espelho e a crónica resumida da época. Ser ou não ser, eis a questão. Vincere aut morire!

██████ – Viver ou não viver!

Tempo – Acho que posso fazer uma síntese para o que temos estado a fazer, e propor, em 2, 3 ou outra qualquer forma, criar uma perspectiva dualista, de tradição e vanguarda, e uma concepção ternária de mim mesmo - com base em valores que vêm do passado, estabelece-se a reflexão e ação no presente, imaginando e construindo o futuro. Na construção destas peças, tal como se fará noutros rituais, podemos considerar a inspiração de algumas perguntas, como as que se encontram num intitulado “Manifesto progressivo”, que encontrei casualmente no que vós chamais futuro:

- Como seria possível criar uma visão da história, intemporal e transcultural, que se baseasse na crença de que o homem é dono do seu próprio destino e que pode encontrar na razão a inspiração para o seu futuro?
- Como criar uma teoria de futuro inspirada pelo progresso científico que integrasse a própria mutabilidade das teorias científicas como um factor de evolução natural ao serviço da evolução da humanidade?
- Como criar um universo de proposta cuja legitimidade decorresse de elementos imutáveis e fosse credível tanto nas propostas positivas como nos alertas negativos?
- Como garantir e aumentar o impacto das propostas e visões da sociedade considerando a dificuldade de previsão da evolução da história e das sociedades humanas?
- Como procurar garantir que o Homem, centro e agente principal da história, a interpreta criando “cadeias de união que nos levam do passado para o futuro”?



Tempo, o Ancião dos Dias
(Ancient of Days William Blake) [5]

Tempo – E continuo a citar, agora sob a forma de acções, propostas e princípios:

- A nossa acção é uma atitude de questionamento, de debate e integração de perspectivas diversas, que se enriquecem e expandem. É também uma visão em que a fraternidade é a resposta da razão, na conciliação da Liberdade e da Igualdade;
- Conceberemos uma sociedade de progresso, com novas formas de organização social e concebendo uma visão de futuro alicerçada em princípios éticos orientadores, considerados estruturantes na criação de um cenário ou universo de evolução;

- Procuraremos garantir a continuidade do crescimento, do desenvolvimento das sociedades a partir do desenvolvimento dos indivíduos. Ser progressivo é procurar garantir que o futuro é melhor para cada um, mas sobretudo melhor para todos!
- Em que a fraternidade é o alicerce lógico na construção evolutiva e progressiva. Em que a fraternidade é expressão do nível de evolução de uma teoria de futuro assente na razão, que interpreta e constrói a história.

Francis B. – Tempo, és prisioneiro desse infinito que és tu mesmo, mas parece que também te divertes caminhando por estradas de luz. Alargastes ou outros alargaram a minhas ideias! Têm este efeito as palavras e os signos quando discutidos e interpretados por cada um; e tu tens a interpretação, as ideias e sonhos de tantos. Bravo! Estou a gostar do espectáculo! Agora tenho fome. Haverá por aí pizza e coca-cola?

Pausa enquanto comem e bebem

Francis B. – Androide, percebeste alguma coisa do que aqui se passou?

Androide – Eu vi coisas que vocês, humanos, nem iriam acreditar. Naves de ataque em chamas nos céus de Órion. Vi Raios-C resplandecendo no escuro perto do Portão de Tannhäuser. Todos esses momentos ficarão perdidos no tempo, como lágrimas na chuva.

- Mas agora, talvez não. Tempo de viver.

Nuno Gatz



O andróide replicant (Blade Runner - Ridley Scott) [6]

Fontes de imagens:

- [1] – Teatro de Shakespeare
<http://www.caminhosdelondres.com.br/shakespeare-globe-theatre/>
- [2] – Francis Bacon Shakespeare cartoon
<https://condenaststore.com/featured/a-woman-speaks-to-shakespeare-david-sipress.html>
- [3] – Francis Bacon Shakespeare cartoon
<http://www.sirbacon.org/mcockburnreview.htm>
- [4] – Shakespeare cartoon
<https://condenaststore.com/featured/a-woman-speaks-to-shakespeare-david-sipress.html>

sipress.html

- [5] - Tempo, o Ancião dos Dias (Ancient of Days – William Blake)
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/f6/Europe_a_Prophecy%2C_copy_D%2C_object_1_%28Bentley_1%2C_Erdman_i%2C_Keynes_i%29_British_Museum.jpg/220pEurope_a_Prophecy%2C_copy_D%2C_object_1_%28Bentley_1%2C_Erdman_i%2C_Keynes_i%29_British_Museum.jpg
- [6] – O andróide replicant (Blade Runner - Ridley Scott)
<https://www.deviantart.com/playground011/art/Roy-Batty-tears-in-the-rain-time-to-die-267604354>



« *Après l'effroi, recréer* »

Comment dépasser l'effroi pour recréer ? Quelles sont les conditions de croire et d'espérer ? Plus précisément, que nous enseigne le mythe d'Hiram sur la mort et sur le relèvement qui nous permettrait de transcender l'état de sidération dans lequel la vie profane peut nous plonger pour mieux nous réparer et réparer le monde avec nos valeurs maçonniques ?

Le lundi 16 mars 2020, je réalise avec stupeur que l'Etat, pour protéger les citoyens d'un virus, et ce après avoir honteusement et tragiquement abandonné l'hôpital public depuis des années, allait mettre notre vie sous cloche.

« *La guerre est déclarée* » affirme Jupiter et je ne comprends toujours pas où sont les bombes et les ennemis. Je ne peux plus me déplacer librement et on m'interdit de voir mes proches. A présent, je vois mes amis sur un écran sans savoir quand je

vais les toucher. Je dois remplir une autorisation de sortie pour avoir le droit de respirer dehors. « *C'est l'ausweis* », qui pour moi représente encore une dimension familiale et historique traumatique.

Dans quel monde vivons-nous depuis un an ?

Nous vivons dans un monde ravagé par une pandémie qui tue nombre de personnes âgées et fragilise des plus jeunes. Cette pandémie nous montre que la science que l'on croyait triomphante ne l'est pas toujours, et qu'il va falloir vivre avec des virus dangereux. Elle nous rappelle que l'homme a cru à tort qu'il avait la maîtrise de tout, alors qu'il n'est pas grand chose : l'homme moderne triomphant reste infirme devant le chagrin, la maladie et la mort.

Mais nous vivons dans un monde où l'humanité travaille avec brio à sa propre éradication. L'être

humain détruit plus que le virus : guerres, violences économiques, loi du plus fort, mépris de la nature et de l'écologie, fanatisme religieux L'époque de régression que nous subissons a commencé bien avant la pandémie : crise de la démocratie, néo-libéralisme, colères sociales impuissantes et réprimées par la domination effrénée du profit, diminution des libertés

Nombreuses sont les convulsions politiques, économiques et sociales qui traversent le monde.

L'ère où la survie des plus fragiles n'est possible que grâce aux efforts et au dévouement héroïque des soignants, par-delà leur matériel fatigué, leurs maigres salaires et leurs douleurs masquées. Mais aussi l'ère du tout sécuritaire qui s'installe sous prétexte de crise sanitaire. L'ère de la surveillance généralisée, où la police, les caméras et les drones pourraient nous contrôler tant dans nos manifestations publiques que dans notre vie privée.

L'ère de la servitude volontaire modernisée. L'ère du chacun pour soi devant son écran. L'ère du monde virtuel : le travail en distanciel, les achats en ligne, les repas sans restaurant et sans amis mais des uber esclaves livreurs. L'ère où certains ont peur de leur prochain, où d'autres le surveillent. L'ère du masque qui entrave la respiration et bâillonne le visage. L'ère où l'on met à genoux la culture vivante, la création artistique, la beauté. L'ère d'un monde sans voyages, sans surprises, sans découvertes.

C'est le T.R.M. qui fait le signe d'horreur après avoir enlevé le tablier qui recouvrait le visage d'Hiram mort découvert par les Maîtres. Avec sa mort et la perte de son secret, c'est tout un savoir et tout un monde qui disparaissent : on n'achèvera pas le Temple extérieur, on ne fera plus aveuglement confiance aux autres maîtres et compagnons. Fini, l'illusion du monde de la perfection. Fini, le temps de l'innocence. La mort d'Hiram nous fait quitter une situation stable où tout semblait, - à tort peut-être -, satisfaisant.

***Pour recréer, il faut renoncer à rétablir
l'état initial.***

Le mythe hiramique est une variation sur un thème universel, celui d'une mort tragique, par meurtre ou accident, associée à la construction. Chez les

bâisseurs, il faut un sacrifice pour garantir la pérennité des travaux. Si l'on prend Caïn lui-même, notre premier meurtrier est aussi notre premier bâtisseur d'une lignée dont est issu Tubalcaïn lui-même ! Or cet artisan mythique qui sait travailler et transmuter les métaux a transmis son talent à son descendant.

Hiram lui-même. C'est pourquoi le mot de passe des Maîtres célèbre à fois un créateur et un descendant de meurtrier, tout comme Hiram lui-même. C'est parce qu'ils sont tous allégoriquement commis un crime qu'ils ont permis la création.



Le secret d'Hiram est donné aux mauvais compagnons sans même qu'ils ne s'en rendent pas compte avant de le tuer : « **travaille et persévère** » : il faut accepter la coupe amère et persévérer dans l'effort. Ses conseils, mais aussi ses qualités sont vantées dans le rituel : il est celui qui « *réconforte* » par sa bonté et qui « *soutient et encourage* ».

Qualités à cultiver pour recréer le monde d'après l'effroi : réaffirmer les vertus de l'empathie et de l'indulgence mutuelle. Sa science est aussi à imiter, et elle est double : nous devons devenir des architectes d'un nouveau monde plus harmonieux, pour rétablir l'ordre par-delà le chaos ; nous devons en tant qu'alchimistes travailler nos métaux pour mieux changer le monde. Pour cela, nous savons paradoxalement grâce aux mauvais compagnons, que nous devons sans cesse transformer l'inintelligence en savoir, détruire la Vanité et le Fanatisme pour faire régner à leur place la Tolérance, la Solidarité et la Justice sociale.

Un des compagnons meurtriers a déraciné et replanté un rameau d'acacia là où le mort a été enseveli. Ce rite mortuaire est essentiel. C'est cet arrachage sans effort de la plante qui permet aux maîtres envoyés par Salomon de retrouver le cadavre. En ce sens, l'acacia nous enseigne que la mort n'est pas une destruction totale mais une métamorphose de l'être.

Le thème initiatique fondamental, mort et résurrection, est propre à toutes les cérémonies de passage. C'est ici la troisième naissance : naissance lors de l'initiation après une première mort symbolique ; renaissance en tant que maître mort et relevé. Or, mourir et renaître, c'est voir les choses autrement sous un éclairage nouveau : se souvenir du monde d'avant pour mieux reconstruire le monde d'après ?

Le relèvement du corps d'Hiram ne se fait pas seul : aucun des surveillants ne peut seul relever le maître. Il faut donc se souvenir que « *l'union fait la force et que sans le secours des uns pour les autres, nous ne pouvons rien* ». Le relèvement du Maître met donc en jeu la participation active de tous : il ne peut se passer de notre propre volonté à y participer. Même le T.R.M. a besoin de l'aide des autres pour relever le corps. Cela nous montre qu'il faut cesser avec l'unique modèle vertical : le T.R.M. ne peut parvenir à recréer la vie seul ; ainsi, le modèle du sage Hiram,

patriarche auquel on obéit dès qu'il nous fait signe est aussi terminé : en se sacrifiant, celui qui a attiré l'attention sur lui-même se doit de passer la parole et de convertir l'intérêt qu'on lui a manifesté en avancée collective. Cela nous montre l'importance du rôle de la solidarité et de l'entraide pour sortir de l'effroi, tant dans notre vie maçonnique que dans notre vie profane : une éthique de la volonté collective et de l'entraide orientée vers le bien.

Il va falloir revivifier la langue, produire une parole nouvelle et riche en nous réappropriant les symboles, en leur redonnant vie pour ne pas vivre dans un monde où le langage est vidé et les mots pipés.

Comment ? En « **réunissant ce qui est épars** », dans une fraternité retrouvée où chacun apporte sa contribution selon ses talents et son intelligence, pour contribuer au collectif, au bien commun. Notre mot d'ordre de l'Art Sacré « réunir ce qui est épars » renvoie aussi à la mystique hébraïque de la Kabbale : le monde se recrée sans cesse quand nous les humains le réparons.

Il faut proposer plus d'art, de culture, de beau : un âge nouveau de la curiosité. Rouvrir au plus vite les lieux de culture. Inviter les artistes dans les hôpitaux, dans les lieux publics, dans les écoles, dans les maisons. Permettre à tous de moins travailler pour un profit illusoire mais donner le temps de créer ou simplement d'admirer. Seul l'art peut permettre une catharsis individuelle et collective. Après la tragédie, retrouver le bonheur de vivre dans la jouissance de la beauté.

« **Après l'effroi, recréer** » : la virgule est la coupe amère entre l'effroi et la recreation d'une coupe plus douce. Pourquoi les raisons de croire et d'espérer peuvent-elles l'emporter ? Espérer, cela consiste peut-être seulement à participer à ce que l'on pense être beau et bien. Parce que « *l'amour est plus fort que la mort* ». Parce qu'il faut refouler le désespoir pour continuer le combat de vivre, plus tonique. Parce qu'il faut fraterniser avec ceux qui ont pris le parti d'Eros.

Après l'effroi, nous allons apprendre à mieux

« **Enterrer les morts et (à) réparer les vivants** »

Platonov

Jean-Paul Chadeuil



DEPOIS DA GUERRA – A RECONSTRUÇÃO EUROPEIA

As economias europeias, quer as do lado dos aliados, quer as do lado do Eixo, ficaram dramaticamente afetadas após o fim da II Grande Guerra.

As ideias de uma Europa unida já vinham de algum tempo. Em 1923, foi publicado em Viena, um livro de título Pan-Europa pelo político austríaco-japonês Richard Coudenhove-Kalergi.

Nele, era defendida a necessidade de uma união dos povos da Europa, assente numa solidariedade que permitisse em conjunto, ultrapassar o cenário de destruição deixado pelo conflito, bem como, criar mecanismos de prevenção para situações análogas. Estas ideias, foram bem aceites por políticos e opinião pública europeia, dando origem ao movimento União Pan-Europeu que teve como o objetivo lançar as bases para a realização da unidade política e de integração económica da Europa. A esse movimento, aderiram importantes figuras da política e pensamento da sociedade europeia como, entre outras, Albert Einstein, Thomas Mann, Bronslaw Huberman, Aristide

Briand, Konrad Adenauer, Charles de Gaulle, Sigmund Freud, Bruno Kreisky, Leon Blum ou Georges Pompidou.

As ideias de unificação da Europa de Coudenhove-Kalergi, consideradas como fundamentais para a reconstrução e manutenção de paz na Europa, estiveram na base, após o fim da I Grande



Guerra, da criação da Sociedade das Nações ou Liga das Nações em 1919, com o Tratado de Versalhes. Nessa altura, o sentimento que aflorava em alguns dos espíritos de políticos europeus, poderia ser transcrito através das frases de Édouard Herriot, político francês e futuro Primeiro-Ministro “O meu maior desejo é ver aparecer

um dia os Estados Unidos da Europa. E, se a Sociedade das Nações gastou as minhas forças com tanta tensão, é porque esta grande instituição, já via o primeiro esboço dos Estados Unidos da Europa”. E, foi no seio da Sociedade das Nações, que Jean Monet foi arquitetando a futura comunidade europeia.

Parece claro que, subjacente ao pensamento de Coudenhove-Kalergi, de Jean Monet e, de outros defensores de uma Europa unida, que esta União se fizesse ao nível económico, mas, também, a nível político. Porém, Jean Monet tinha consciência que o caminho mais aceitável seria, para uma primeira fase, o nível económico. Neste domínio, a criação da Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), em 1948, destinada a fomentar a cooperação entre as nações europeias, a coordenar as dotações do Plano Marshall e, a lançar as bases de um mercado comum, foi o primeiro passo.

A OECE, falhou no objetivo da criação de um mercado comum, devido a divergências entre Grã-Bretanha e a França, tendo em conta que a Grã-Bretanha queria continuar a manter os seus privilégios de aliada dos EUA como do relacionamento com as restantes nações do Commonwealth.

Contudo, Jean Monet, continuava a trabalhar na preparação das primeiras bases para uma Europa unida. Esse trabalho foi o alicerce da célebre Declaração Schuman, ministro dos negócios estrangeiros francês, em maio de 1950, que deu origem à criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), em 1951, no Tratado de Paris entre Itália, França, Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo) e Alemanha. Este Tratado, propunha colocar a produção franco-alemã de carvão e de aço, sob uma Alta Autoridade Comum, numa organização aberta à participação de outros países da Europa. Sabendo-se da importância do carvão como fonte energética, e do aço como matéria-prima fundamental para o fabrico de material bélico, a colocação da produção dos países aderentes sob a responsabilidade de uma Autoridade Comum visava o seu controlo e, dessa forma, reduzir a possibilidade de novos conflitos bélicos entre nações europeias. Por outro lado, ao incluir a Alemanha, derrotada na II Grande Guerra, dava-se um sinal político de reconciliação e de união entre os povos europeus.

A criação da CECA, foi um primeiro passo, mas insuficiente, para uma Europa em reconstrução onde, a expansão económica pós II Grande Guerra, muito auxiliada pelo Plano Marshall, se fazia sentir com as economias quase em pleno emprego. O crescimento das economias, exigiam mercados alargados, constituindo as barreiras alfandegárias um entrave a esse alargamento.

O bom desempenho, obtido pela CECA, em termos da organização e funcionamento do mercado comum do carvão e do aço, veio dar forte impulso para que a Europa desse mais um passo importantíssimo para uma União.

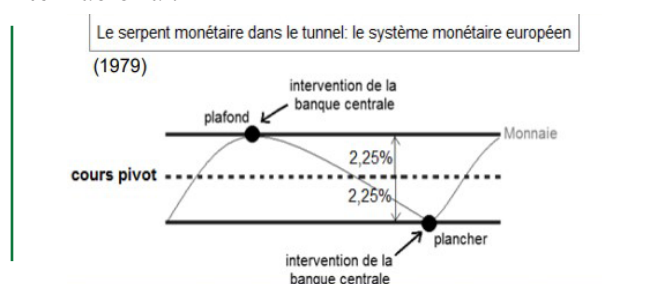
Em Março de 1957, é firmado entre os países fundadores da CECA, o Tratado de Roma que criou a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia de Energia Atómica (EUROATOM). Quanto à primeira organização, o seu objetivo visava estabelecer um mercado comum, pautas aduaneiras comuns, política conjunta para a agricultura, política comum para o movimento de mão de obra e para os transportes e, implementação de instituições comuns para o desenvolvimento económico. Relativamente à segunda organização, visava difundir os conhecimentos e controlar o mercado da energia atómica.

O desenvolvimento dos objetivos do Mercado Comum criado, pressupunha a criação de uma União aduaneira, que se tornou efetiva em 1968.

Os elementos estatísticos, demonstram que foi um grande sucesso a implementação do Mercado Comum Europeu. Uma elevada parte das importações e exportações dos seus membros antes do Mercado Comum, passaram a realizar-se no espaço intra-comunitário, potenciando uma especialização dos seus membros nos produtos em que detinham vantagens comparativas, implicando paralelamente, um aumento da riqueza da União.

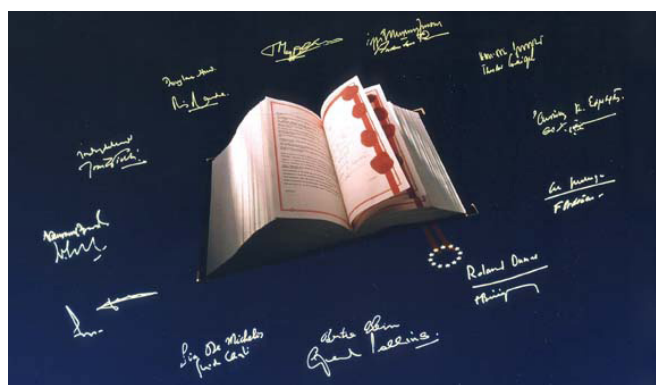
Os reais ganhos, obtidos na União Aduaneira e as vantagens oferecidas levaram, em anos subsequentes, à adesão de outros países europeus casos do Reino Unido, Dinamarca, República da Irlanda, Grécia, Espanha, Portugal, e outros.

O fim do acordo de Bretton Woods, que tinha estabelecido a paridade e convertibilidade dólar-ouro, e os choques petrolíferos de 1973 e 1979, criaram uma grande instabilidade no sistema financeiro internacional.



As flutuações das cotações das moedas, criavam grandes dificuldades à Europa em prosseguir o objetivo de uma União Económica e Monetária. Assim, em Março de 1979, a Europa criou o ECU, uma moeda escritural, com cotação dada por um cabaz de moedas europeias. A política seguida foi a mesma adotada no Acordo de Breton Woods, ou seja, as moedas estariam “coladas” através de um compromisso, de cada um dos países membros, que não deixariam flutuar a sua moeda, relativamente às restantes mais que 2,25% (o que se chamou “a serpente no túnel”, dado que as moedas poderiam valorizar ou desvalorizar dentro de um intervalo, com um máximo e um mínimo). Paralelamente, ajustamentos periódicos permitiam uma valorização das moedas mais fortes e desvalorização das mais fracas. No caso de Portugal, utilizou-se a política do chamado “*crawling peg*”, ou seja, desvalorização deslizante de forma a compensar o diferencial de inflação interna face aos outros membros da União.

O êxito da União Aduaneira, foi novo alento para a Europa poder dar mais um passo no sentido da integração. Em Fevereiro de 1986, era assinado no Luxemburgo, o Ato Único Europeu, que criava um Mercado Único, a partir de 1993, que assentava em quatro princípios fundamentais: livre circulação das mercadorias, dos serviços, dos capitais e das pessoas entre os estados-membros da União. Na sequência do Ato Único Europeu, foi celebrado em 1993, o Tratado de Maastricht que implementou a nova designação de União Europeia.



Tratado de Maastricht

Este Tratado, tem um peso significativo no processo de integração europeu dado que, para além de reafirmar e aprofundar a União Aduaneira, implementou a livre circulação de capitais e pessoas entre os membros da União e, lançou as bases da União Monetária e Financeira que levou à adoção de uma moeda única no espaço comunitário, associada a uma política monetária comum.



A questão que presidiu à criação de uma União Económica e Monetária (UEM), tinha como objetivos principais: a criação de uma moeda forte com peso acrescido nas transações internacionais rivalizando com o dólar; no afastar de entraves que as flutuações das moedas de países membros implicariam no comércio intra e extra-União; no evitar potenciais guerras comerciais entre membros da União, por adoções de políticas monetárias e cambiais divergentes; na estabilidade dos preços e controlo da inflação e no ser um instrumento de aprofundamento da integração económica entre os membros da União. Porém, uma política monetária comum, não terá grande eficácia sem uma política orçamental comum, dada a interligação entre a esfera económica e a esfera financeira. Assim, apesar da União possuir um orçamento comum, cada um dos seus membros possui orçamentos próprios, porém, balizados por parâmetros definidos pela União, de forma a evitar desequilíbrios ou superávits, que afetem a solidez da União como um Todo.

O Euro, que entrou nos mercados financeiros internacionais em 1999, apenas como moeda escritural, assumiu-se como moeda fiduciária, em 1 Janeiro de 2002 (apesar dos 27 membros da União Europeia participarem na UEM, apenas 19 constituíram a área Euro, dado que, os restantes, ou ainda não cumpriam os requisitos para uma adesão ou, no caso da Dinamarca, por opção).

OS DILEMAS DA RECONSTRUÇÃO EUROPEIA

A primeira base teórica da criação de uma UEM, com moeda comum, deve-se a Robert Mundell, premiado com o Nobel da Economia em 1961, a partir do seu trabalho “*A Theory of Optimum Currency Areas*”.

Na Europa, a adoção de uma UEM, com uma moeda comum decorrente do Tratado de Maastricht, era um importante passo no sentido da integração europeia e essencial para a afirmação do Mercado Único. Todavia, acarretava paralelamente, enormes dúvidas e incertezas sobre a eficácia da sua implementação e eficiência e do seu funcionamento, fundamentadas essencialmente nos membros com economias mais frágeis, na perda das potencialidades de utilização de uma política monetária nacional e, na utilização da política cambial, como instrumentos corretores de desajustamentos das suas economias face a outros países.



Com efeito, a política cambial era, normalmente, um dos instrumentos utilizados por países com economias mais fracas para aumentar a competitividade dos seus produtos. Neste caso, uma desvalorização da sua moeda, tornava os seus produtos mais baratos quando expressos em moeda externa, fomentando as exportações e, por essa via o rendimento e emprego (mas poderia, também, provocar tensões inflacionistas, caso a procura interna por bens importados, tivesse pouca elasticidade). Por outro lado, quando um país tinha importações significativas e de preço elevado (muitas vezes a chamada “*inflação importada*”),

uma revalorização da sua moeda tornava as importações mais baratas, quando expressa na sua moeda nacional, controlando as tensões inflacionistas (mas poderia, também, ter reflexos negativos nas exportações, rendimento e emprego).

Relativamente à política monetária, os países com moeda própria de uma forma simples e, de acordo com a teoria de Keynes, um aumento da oferta de moeda afeta a taxa de juro no sentido da sua diminuição (a taxa de juro acaba por significar o custo de deter o ativo moeda). A descida da taxa de juro, leva a um aumento do investimento na esfera real e daí a um aumento do rendimento e emprego. Por isso, o país pretendendo um acréscimo na riqueza produzida, pode optar por uma política monetária expansionista e vice-versa, caso essa oferta esteja a gerar tensões inflacionistas. Em resumo, a política monetária pode ser um mecanismo de corrigir desajustamentos nas economias.

Mundell na sua teoria, apresentava como alternativa à perda da política cambial e monetária, em países em pleno emprego, pelos membros de uma UEM com moeda única, a mobilidade dos fatores de produção, especialmente do fator trabalho já que, quanto ao fator capital ele é suficiente móvel.

Quanto à entrada de um país na UEM, o Tratado fazia depender do cumprimento de determinados parâmetros: a) Estabilidade de preços (a taxa nacional de inflação não pode exceder em 1,5% a média das taxas de inflação de três países referência, aqueles com maior estabilidade de preços); b) Estabilidade dos juros (as taxas de juros de longo prazo não podem ser superiores a 2% da média dos três países referência, também os três mais estáveis); c) Estabilidade nas taxas de câmbio (o curso da moeda do país, deveria permanecer por dois anos dentro das margens de flutuação definidas pelo Sistema Monetário Europeu) e; d) A saúde das finanças públicas (o deficit público efetivo não pode ultrapassar de 3% do PIB). Claramente, os parâmetros fixados são de índole nominal (influência da teoria económica liberal e monetarista defendida pela Alemanha) mas, insuficientes na tradução da verdadeira capacidade das economias reais dos diferentes países que desejaram a adesão à UEM. Isto significa que, parâmetros essencialmente nominais podem não refletir desajustamentos estruturais e divergências reais entre as economias dos membros da UEM. Neste caso, é questionável

a própria capacidade de um país membro, ter uma sustentabilidade coesa de manter uma convergência a médio prazo do seu próprio desenvolvimento para os padrões médios da UEM.

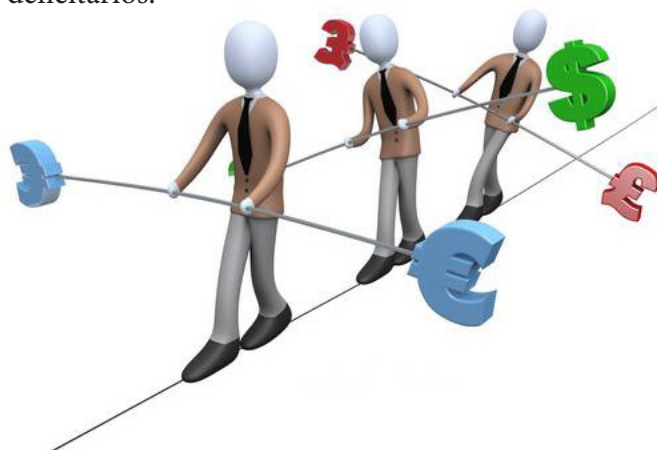


O Euro tornou-se uma moeda internacional forte, aliás como era objetivo para conseguir competir com o dólar dos EUA. Forte, não só pelo peso que a União Europeia representa no comércio internacional como, pelo seu papel de moeda de reserva de valor. Um Euro forte tem vantagens, nomeadamente, no controlo do nível de preços (inflação). Tome-se como exemplo, os produtos energéticos, particularmente, o petróleo do qual a UE tem uma dependência muito elevada. A cotação do petróleo no mercado internacional, é geralmente feito em dólares americanos. Se o Euro revalorizar face ao dólar, o barril do crude, apesar de à mesma cotação em dólares, torna-se mais barato em Euros. Isto permite, reduzir os custos energéticos na União Europeia e, contribuir para o controlo da inflação interna. Mas também, existem desvantagens de um Euro forte. A mais óbvia, prende-se não só com o impacto nas exportações dos membros da União para países terceiros como das importações de países terceiros.

No primeiro caso, as exportações para terceiros, ficam mais caras na moeda dos importadores o que, constitui um desincentivo à sua aquisição, podendo vir a provocar na União, não só desemprego nos sectores muito dependentes do comércio exportador como, um incentivo à deslocalização de atividades produtivas. No segundo caso, sendo as importações de países terceiros mais baratas na moeda da União, constituem uma concorrência com os setores da União que produzam para o mercado intra-União. A União possui, todavia, o instrumento Pauta Aduaneira Comum para tentar colmatar esse diferencial de preço (aumentando as taxas aduaneiras) porém, pautas aduaneiras excessivamente protecionistas são desaconselháveis, como demon-

stra a Teoria Económica, para além do que, pode levar a eventuais retaliações de países terceiros.

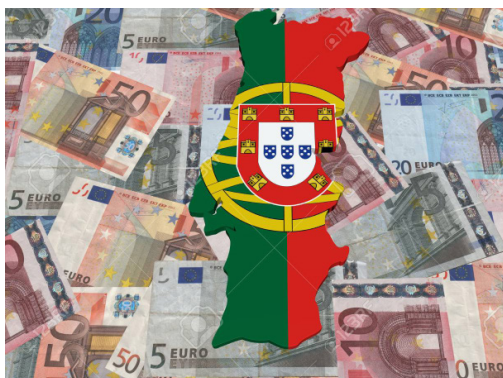
Falou-se antes, do possível impacto de um Euro forte na UEM como um todo, todavia, é justo considerar, que os impactos poderão ser diferenciados consoante as estruturas produtivas dos vários membros. No caso de membros com estruturas produtivas, assentes em elevados índices de produtividade e produtos de elevado valor acrescentado e tecnológico claramente diferenciadores da concorrência internacional, o efeito do Euro não será significativo nas suas exportações. Já, ao contrário, membros com estruturas produtivas com índices de produtividade baixos, produtos com pouco valor acrescentado e incorporação tecnológica, pouco diferenciados no mercado internacional serão mais afetados. E, entende-se que, neste segundo caso, um Euro forte não só afeta as estruturas produtivas dos membros da União que exportem para países fora da União, como mesmo, aqueles que produzam para o espaço intra-comunitário, dado o efeito monetário da valorização do Euro sobre as importações da União. Assim, é de esperar que nos países membros com as características antes descritas, venha a surgir desemprego em paralelo com uma Balança de Transações Correntes deficitária. Foi devida a esta constatação, que foram criados os fundos de transferência financeira pela União, de modo a transferir compensações entre os membros superavitários da União para os deficitários.



No caso de existir desequilíbrios em algum dos países membros da UEM estes, não podem utilizar a política cambial ou monetária com instrumentos de correção como se falou atrás, dado existir uma moeda única e um só emissor de moeda – o Banco Central Europeu (BCE). Sendo assim, terá que se socorrer de outros instrumentos. A “receita” (aplicada pela Troika (2011-2014) a Portugal em consequên-

cia do desequilíbrio da crise das dívidas soberanas) assentou numa desvalorização interna dos fatores, em particular o fator trabalho. O racional é que, na ausência da possibilidade de uma desvalorização da moeda para tornar as exportações mais competitivas no mercado externo, a desvalorização dos fatores reduziria os custos de produção e ganhava-se a competitividade dessa forma. Assim, aplicou-se uma política de austeridade reduzindo os gastos públicos e cortando benefícios do fator trabalho subindo simultaneamente, o desemprego. A política de austeridade aplicada provocou forte contração no consumo privado (cerca de 6% de 2011 a 2013) no consumo público (13%) e no Investimento (35%) o que levou a uma contração no Produto Interno Bruto (PIB) (riqueza criada) de 7%. Ora, como o PIB é o denominador dos rácios Dívida Pública em percentagem do PIB e Défice Orçamental em percentagem do PIB, a sua redução terá efeitos na tendência do rácio subir e não descer contrariando os objetivos. Poder-se-á pensar “*então dever-se-ia intensificar a política de austeridade*” só que, quanto maior esta, maior a contração no PIB e aí entramos num ciclo vicioso.

Curiosamente, ou não, Portugal após 2015 adota uma política de reversão da austeridade (em especial sobre o fator trabalho), mais expansionista, que levou a um acréscimo do consumo privado, público e do investimento, refletindo-se no crescimento do PIB o que, permitiu atingir-se rácios do défice orçamental em percentagem do PIB claramente inferiores aos verificados antes (inclusive um superavit orçamental em 2019) e uma trajetória claramente descendente do rácio dívida pública em percentagem do PIB. Parece que a “*receita*” baseada na teoria económica liberal e neoclássica assumida pela Troika de agir sobre a oferta, não terá sido a melhor opção. Eventualmente a “*velha*” teoria macroeconómica de Keynes de agir sobre a procura e, base da resolução da Depressão de 1929, provocaria resultados mais favoráveis.



Em 2010, a Europa viu-se confrontada com a crise das dívidas soberanas. Os motivos desta crise são vários, podendo ser enunciados alguns:

a) desregulamentação dos mercados (cujos principais impulsionadores foram Margareth Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos EUA seguindo o pensamento económico neo-liberal da escola austríaca cujo principal teórico foi Friedrich Hayek); b) os desequilíbrios reais das economias de alguns membros da UEM, especialmente os países do Sul, cujas economias não estavam preparadas para funcionar numa UEM com moeda única tendo alienado os seus instrumentos de política cambial e monetária; c) o facto destes países emitirem dívida pública numa moeda, o Euro, que não dominavam moeda essa, tendencialmente forte; d) os efeitos da globalização com a capilaridade entre as praças financeiras mundiais e; e) o rastilho que constituiu a crise dos subprime nos EUA em 2007-2008.

A crise das dívidas soberanas de 2010, veio relevar a importância do setor bancário como um dos pilares na solidez da economia, mas também, podendo ser um dos fatores desestabilizadores dessa solidez. No caso da crise das dívidas soberanas, houve uma clara promiscuidade entre as dívidas soberanas públicas, especialmente das economias mais frágeis, e as dívidas bancárias servindo, em muitos casos estes, como escape da emissão de dívida pública ao adquirir a mesma, permitindo o seu sucesso (em alguns casos, até foi um bom negócio dada as baixas taxas de juro das operações bancárias ativas e a redução das comissões face à concorrência). Porém, o peso dessa dívida soberana nos balanços dos bancos, aliado às quedas dos ratings dos países mais frágeis (que influenciou o próprio rating dos bancos) aliado a uma escassez de liquidez, levou a que os governos viessem a garantir financiamentos bancários de liquidez para os bancos. Esta contaminação entre dívida pública e dívida bancária, agravou o problema colocando dúvidas quanto à sustentabilidade das dívidas.

Face aos problemas sentidos no sistema bancário, foi equacionada a hipótese, fundamental, da criação de uma União Bancária a nível europeu que contribuísse para um quadro de integração económica e monetária que sustentasse por si, a moeda única. Assim, para garantir a estabilidade financeira da UEM, esta deveria ter dispositivos comuns aplicados a todos os membros. A União Bancária passa a assentar-se em três pilares: a) mecanismo único de supervisão; b) mecanismo único de resolução e; c) mecanismo único de garantia de depósitos. Quanto aos dois primeiros pilares, já se encontram em funcionamento, porém, no que concerne ao terceiro pilar, as previsões apontam para a sua efetividade apenas em 2025.

Uma outra questão relevante no seio da UEM, é o aspeto fiscal e orçamental. A UEM tem um orçamento europeu que compreende as despesas consideradas supranacionais (política agrícola comum, rede de transportes, projetos europeus supranacionais, etc.) e, para o qual contribuem todos os membros mediante determinadas regras. Paralelamente, cada um dos países membros possui orçamentos e sistemas fiscais próprios. Significa que, os países membros continuam a dispor dos instrumentos da política orçamental, para corrigir algum desequilíbrio que surja ou, implementar determinadas políticas para determinados objetivos (por exemplo de índole social, para promover discriminações negativas ou positivas sobre determinadas variáveis, para redistribuição do rendimento, etc.). Em todo o caso, não existe uma coordenação das políticas orçamentais entre os membros da UEM o que significa que, poderá até, existir conflitos quanto a objetivos entre várias políticas orçamentais (admita-se, por exemplo, que Portugal primando por uma economia verde, agrava os impostos sobre indústrias poluidoras mas, em contrapartida, um outro membro da UEM não estabelece esse objetivo como prioritário tendo as indústrias em causa uma situação fiscal muito mais favorável, logo poderá existir um movimento de deslocalização das indústrias em causa de Portugal, para o outro país membro o que provoca desequilíbrios em Portugal e a UEM, no seu todo, nada beneficia com o fato). A esta falta de coordenação das políticas orçamentais associa-se a não uniformização das políticas fiscais, podendo provocar concorrências desaconselhadas entre os membros da União (veja-se o exemplo dos impostos sobre lucros de empresas entre Portugal e a

Irlanda ou Holanda ou, o conflito entre Portugal e a Suécia a propósito dos impostos sobre rendimentos de residentes não habituais aplicados a Portugal).

Atendendo à relativa liberdade dos países membros da UEM, na definição das suas políticas orçamentais, foi celebrado em Março de 2012, o Pacto Orçamental, que visou disciplinar as Finanças Públicas dos países membros da UEM. Neste, admitia-se que o défice orçamental em percentagem do PIB, não poderia exceder 3% e, a dívida pública em percentagem do PIB não poderia ser superior a 60 %. Se excedesse, o país membro tinha que encetar medidas de correção do desequilíbrio preconizando-se, para o acaso da dívida pública, que o excedente a 60 %, teria que ser amortizado à razão de um vigésimo ao ano. Estas regras, impostas pela Alemanha, foram fundamentadas pelo receio que políticas orçamentais desequilibradas dos países membros provocariam no Euro.



A realidade demonstra que estes critérios, na esmagadora maioria dos casos, são de difícil cumprimento em especial nos países membros com economias mais frágeis, por exemplo no caso de Portugal o critério do défice orçamental - com exceção de 2020 por efeito da pandemia, tem ficado dentro do limite, mas já, quanto à dívida pública em 2019 ela ficou-se nos 116,8 % do PIB o que significa que, Portugal teria que amortizar 56,8% à razão de um vigésimo ao ano. Feitas as contas, Portugal precisaria de amortizar cerca de 5,7 milhões de euros ao ano (não contando com os juros), isto é, 3% do PIB. Como a amortização da dívida acaba por vir do saldo orçamental então, o saldo primário do orçamento de Estado teria que ser um excedente de 3% do PIB (não contando com juros da dívida). Não esquecer, todavia, como já se viu antes que, quanto mais o PIB cresça, e desde que a dívida pública não cresça na mesma proporção, o rácio dívida pública em percentagem do PIB desce, isto é, aproxima-se do limite dos 60% imposto pelo Pacto Orçamental.

Outro dilema que há muitos anos se vem colocando à Europa pauta-se com a matéria de defesa. Na União Europeia existiam dois países com arsenal nuclear – França e Reino Unido (neste momento só a França). Apesar da questão vir a ser levantada há bastante tempo, ainda não foi possível os países membros da União Europeia, chegarem a um acordo sobre uma política de defesa comum, isto é, um exército e material militar comum. Esta é uma questão pertinente pois faria todo o sentido que sendo a União Europeia um bloco, deveria de ter uma boa capacidade de defesa e intervenção comum até, para que não aconteça o exemplo que se deu na guerra da Jugoslávia na década de 90, em que, foi necessário vir a Nato resolver um problema “*dentro de portas*”.

Finalmente, uma outra questão que se prende com a arquitetura da integração plena europeia, é a da União Política. Quando se fala em União Política, não significa que ela não tenha existido e, exista, na UEM pois, se não houvesse União Política, não se tinham assinado os vários tratados celebrados conducentes à integração europeia. O que está em questão, é uma plena União Política, ou seja, seguindo o pensamento de Coudenhove-Kalergi, Jean Monet, Winston Churchill ou Edouard Herriot, uns Estados Unidos da Europa. Isso significa, na prática, o federalismo.

Um Governo europeu, um parlamento europeu, órgãos de decisão europeus, quer monetários, jurídicos e outros, cuja área de atuação abranja todo o território europeu e, paralelamente, estados federais que seriam todos os países membros da UEM com os seus próprios governos. Isto implicava,

retirar parte da autonomia política que os membros da UEM ainda usufruem, haver um orçamento europeu com o qual os orçamentos federais tinham que convergir, uniformização de políticas sociais, ambiente, do mar etc. e, onde, muito importante, as responsabilidades seriam assumidas por todos e não por cada um dos membros per si. A Europa olharia para si como um todo e não como a soma das partes.

Até porque os germes já existem, um Conselho da Europa, um Banco Central Europeu, a Comissão Europeia, o Tribunal de Justiça Europeu, etc. Trata-se de redefinir as funções e responsabilidades. É evidente que há questões complicadas ligadas à cultura, à história, aos povos, que não é fácil ultrapassar e, por isso, os “*países*” da União Europeia, pensaram em três pilares por ordem de execução: 1) Mercado Comum; 2) União Económico-Monetária com moeda comum e, 3) União Política.

Não se poderá dizer que, na reconstrução da Europa pós-guerra a opção por uma maior integração entre os seus países, levando à criação da UEM, tenha sido uma má escolha, bem pelo contrário. Na atual arquitetura do mundo, onde se perfila três blocos económicos fortes (EUA, China e União Europeia) quanto mais união e integração a União Europeia demonstrar, mais forte será. Mas o caminho precisa de ajustamentos, retificações e passos em frente e que os povos que povoam este enorme território chamado Europa sintam, e assumam com clareza, racionalidade e muita solidariedade de que o Todo, é sempre maior que a soma das partes.

Jaime Freitas



RECONSTRUÇÃO DA MAÇONARIA



I

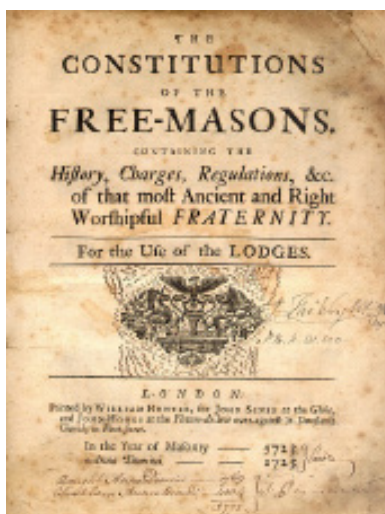
O tema é aliciente, mas não será também eterno, ou, pelo menos, trisseccular? Senão para toda a Maçonaria, pelo menos para parte dela. Para que a diferença entre as partes se compreenda é talvez útil começar por um princípio. Um e não O princípio porque esse nos levaria por veredas escarpadas de onde muitos (e alguns bons) historiadores têm caído no precipício brumoso das origens. Um princípio sensato para esta abordagem é a criação (não usei deliberadamente «*passagem*») da Maçonaria moderna. Prefiro moderna a especulativa, pois o facto de ela não ser operativa não a torna, *ipso facto*, especulativa, longe disso, e o caminho para se tornar «*especulativa*» será longo. A moralização sobre símbolos operativos e o assistencialismo não são práticas especulativas. Essa primeira Maçonaria moderna deixava, aliás, as especulações para outra sede, a *Royal Society*, tendo alguns, mais venturosos, uma dupla filiação.

A primeira Maçonaria moderna criou um modelo, teorizou e constitucionalizou uma prática e ritualizou um imaginário operativo que se se podia, porventura, rever nos símbolos, não se revia, seguramente, na sua transformação em pilares de uma liturgia que nada diriam às suas antigas práticas que em 1717 eram já muito difusas, se é que algumas ainda subsistiam.

Pondo de parte minudências que só enfadariam este texto, esse modelo manteve-se, quase imutável, quase insensível aos tempos e às mudanças (por vezes profundas) da sociedade. Sobreviveu, até hoje, sem necessidade de se questionar, nem ter angústias reflexivas sobre «*reconstrução*» ou mesmo «*repristinação*» da Maçonaria. A Grande Loja Unida de Inglaterra, não tem dúvidas (nem

insegurança creio?) em relação ao seu modelo. Pode ter a tristeza de ver os seus números diminuírem e inquietar-se sobre o que isso poderá significar no futuro. E inquieta-se, porque é prova disso o esforço que tem feito nas duas últimas décadas para encontrar novas formas de comunicar exteriormente as virtudes da sua prática. Mas, essa inquietação e esse esforço não concebem nunca uma mudança de modelo. Não é um dogma, nem essa maçonaria anglo-saxónica é dogmática. Ela é fundacionalmente assim: a Religião e a Coroa, a Moral e a Beneficência têm de ser entendidas à luz da conceção que a sociedade inglesa delas tem e, não à luz dos

conceitos dominantes no lado de cá do Canal da Mancha. Esses conceitos estão a mudar? Estarão, sem dúvida, por alguma razão existe um declínio numérico. Este é, talvez, um daqueles casos em que é difícil conceber, que o proverbial pragmatismo inglês, capaz das mais surpreendentes mudanças quando necessário, seja capaz de gerar uma alteração de modelo; de paradigma, como um «*especulativo*» diria.



Deixemos, assim, em paz esses maçons insulares e concentremo-nos na realidade da Europa continental. Na nossa realidade; no fundo naquela onde sempre se colocou e coloca a questão da «*reconstrução*». Duvido, aliás, que se deva identificar a permanente necessidade de refletir sobre a «*reconstrução*» como uma questão; ela é algo que é identitário. A Maçonaria continental (para abreviar descritivos) não tem um modelo, tem modelos, não tem uma unidade, tem diversidade, não tem um centro, tem (e teve sempre) vários centros, mesmo dentro de cada um dos países. Esta singularidade tornou-a autorreflexiva, plástica nas formas e diversa nas soluções. Não ignorou o seu tempo, ou melhor dito, não se colocou fora do seu tempo, como uma entidade cristalizada na forma e no propósi-

to. Esta é a sua característica fundacional que não a torna adogmática, apenas diferente na sua matriz, na sua inserção social, no seu propósito e na sua evolução. Ela é evolutiva e o adogmatismo não é o que a caracteriza (embora ela própria ache que sim), mas o evolucionismo. Dito desta maneira, parece até que estamos a falar de maçonarias que nada têm de comum entre si, separadas, como que irreversivelmente, pelo “*british chanell*”. Não é verdade, entre o modelo inicial não há diferenças - método e valores fundacionais, e em muitos casos até práticas são semelhantes - é a forma como ele é apropriado pelas sociedades dos diversos países onde se instala que as torna diferentes. Mesmo quando procura ser «regular» ela é diferente, na sua sociologia e na sua prática.



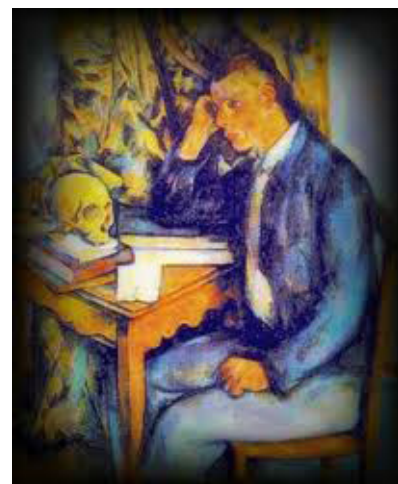
A «reconstrução» não é um trabalho de Penélope, mas (como lhe compete), um trabalho de construtores: ela não refaz, ela acrescenta, transforma, adapta, faz com os restos do primeiro Templo o segundo; diverso na forma. A prática, as práticas para ser mais rigoroso, pondo de parte rituais e simbologia, tanto quanto isso é possível em Maçonaria, têm no continente europeu um traço comum que permite cerzir a joalheria dispersa de projetos diversos: as maçonarias continentais são sociedades de pensamento e exprimiram, exprimem e exprimirão formas de pensamento. Não é esse o caso da Maçonaria anglo-saxónica. Esta, apesar de todos os pontos (pontes) que temos em comum e que nos ligam por um conjunto de valores, não são, nem querem ser, sociedades de pensamento – uso o plural porque já há mais do que uma. Não passo, porém, essa fronteira que nos separa de um

território mais complexo: não classifico as maçonarias continentais como sociedades filosóficas, porque isso é uma coisa distinta e o qualificativo não se aplica na maioria das vezes, não só hoje, como nos últimos 300 anos. Uma sociedade filosófica é aquela onde os seus membros procuram coletivamente uma verdade comum, através de um trabalho de reflexão racional. A Maçonaria, percorre o caminho inverso: debate verdades, procura o confronto das diferenças, não procura nem a unidade nem a unicidade.

Todos, ou quase todos, nos reconhecemos nessa característica de sociedade de pensamento, num leque amplo que pode ir do iniciático ao filosófico, do simbólico ao «societário» (uma palavra horrível, mãe de tantos equívocos). Esquecemos, porém, que há uma diferença muito grande entre pensamento e ação. A ação, não é um complemento direto do pensamento. O produtor de pensamento não tem, por esse facto, de ser agente da ação. Nesse logro caíram várias vezes diversas maçonarias que acabaram por se perder nas trincheiras de guerras que não lhes competia travar, arvorando-se em oficiais de exércitos que não eram os seus e sofrendo as necessárias baixas, que, neste caso, se refletem no imaginário que geram na sociedade e na corveia reputacional. A Maçonaria é uma sociedade de pensamento, não é uma sociedade de ação, para isso existe outro tipo de organizações, de toda a natureza, onde o maçom se pode inscrever para deixar, espera-se, a sua marca distintiva.

Aceitemos, assim, essa característica de sociedade de pensamento e que é esse o nosso trabalho. Todavia, é preciso ter presente que o trabalho maçónico é um trabalho individual e não coletivo. Tudo na Maçonaria é um trabalho (os franceses diriam uma «*démarche*») individual.

A loja maçónica é a unidade de trabalho de um conjunto de maçons, mas, o trabalho que aí se faz não é coletivo, por um número de razões. Primeiro, pela sua natureza iniciática que é, por definição, individual, interior e intransmissível como experiência, ainda que, naturalmente, o conhecimento iniciático seja transmissível. Segundo, pela reflexão sobre os



símbolos, que não tendo dogma interpretativo (nem nosgraussimbólicos)sãoalvodeumareflexãoedeuma moralização que é de natureza pessoal e caracterizam o percurso próprio que o maçom (cada maçom) escolhe para a sua vivência maçônica que pode variar, do espiritualismo e misticismo, ao perenialismo guenoniano, ou ao racionalismo. Terceiro, porque o trabalho em loja é individual, o contributo que cada um presta deve ser fruto da sua individualidade; social, cultural, religiosa, profissional, política, etc.

É o seu contributo individual distintivo que é enriquecedor para os outros, e é o seu reflexo nos outros que enriquece o próprio, não como um espelho que cultiva a vaidade de quem se mostra, mas como um solista que estimula a resposta da orquestra. O trabalho da loja, extremando o argumento, não existe em si, ao contrário de uma missa, por exemplo, que tem uma função em si. Como sociedades de pensamento, considerando a loja como a unidade matricial, as lojas vivem da diversidade dos pensamentos, enriquecem-se nessa e dessa diversidade individual e a síntese que o Orador tem de fazer não é a da fixação de uma interpretação, mas a de «concluir», sistematizando os olhares plurais dos maçons sobre o tema que esteja a ser debatido.

É por isso que a «obra da maçonaria» (uma expressão popular cuja hermenêutica me escapa) não existe sobre a sociedade, mas sobre o indivíduo. Sempre que o entendimento foi outro o resultado foi desastroso. O indivíduo é o centro do trabalho sobre si próprio e o «canal» de transmissão dos seus valores e pensamento na sociedade. É aliás duvidoso, e até perigoso para a unidade interna, que «a Maçonaria», isto é uma qualquer organização maçônica, tenha expressão pública em defesa de uma política ou linha de orientação específica, porque o entendimento dos seus membros não é homogêneo, nem nunca será. Pode uma organização maçônica defender, ou condenar, a eutanásia? Não pode, ou pelo menos não deve. Pode um maçom defender ou condenar a eutanásia? Pode e até deve, a relevância do tema merece testemunhos

lúcidos. Estes podem, porém, ser (e são) contraditórios. Uma sociedade de pensamento, não é uma escola de doutrina. É uma escola de pensamentos. Aprender a pensar no confronto com a opinião dos outros é um exercício exigente cujo objetivo não é chegar a uma conclusão, mas à compreensão da diversidade de pontos de abordagem do tema. É uma escola para aprender a pensar, cabendo a cada um tirar a sua conclusão. Por isso é que a liberdade de pensamento não é apenas a recusa de dogmas, mas a liberdade de chegar a conclusões contraditórias. Excetuam-se, naturalmente, a defesa de alguns valores essenciais, quando, por qualquer razão, estes estejam ameaçados. Disso falaremos mais adiante.

Os maçons adoram falar em «*egrégora*». Por vezes esquecem que ela tem inerente e imanente uma dimensão espiritual, já que se trata de um conceito místico-filosófico. Quando se fala de egrégora

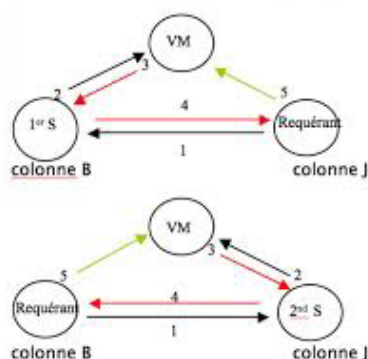
não se fala de um coletivo a que os indivíduos pertencem, bem pelo contrário fala-se do oposto, do coletivo espiritual (de energias mentais ou emocionais) criado pela adição das energias individuais. É a congregação de mentes individuais, convergente num ponto de entendimento, que gera a energia da egrégora.



É essa capacidade de poder criar egrégoras que reforça a distinção da Maçonaria (neste caso das lojas, porque é onde ela se cria) enquanto sociedade de pensamento de uma qualquer tertúlia. Há uma distinção entre sociedades de pensamento e grupos de reflexão. Estes são (talvez) a expressão moderna dos «salões» do século XVIII, onde, numa «*soirée*», se podia debater literatura ou filosofia, ou apenas conversar e ouvir música. Agora, é em torno de um almoço ou jantar. Há um orador convidado que apresenta um tema e depois segue-se um debate despreocupado. Há tertúlias para todos os gostos e se os egos forem desmesurados é sempre possível criar mais uma (com as lojas maçônicas às vezes acontece o mesmo). Ora há uma diferença entre um grupo que debate um tema e uma sociedade de pensamento. A *Sedes*, por exemplo, também não é uma sociedade de pensamento, mas uma associação que

debate imensos temas e tem grupos de trabalhos específicos para o fazer, onde participam pessoas vindas dos mais diversos quadrantes.

Se o trabalho «operativo» do maçom é individual e expressão da sua individualidade e, por isso, distintivo, ele não é desvinculado da ligação comum a um conjunto de princípios e valores que são a base sobre a qual assenta o seu trabalho e é referência de todo o pensamento. Eles não convergem num território comum, mas nascem de uma base identitária que assenta no reconhecimento do valor intrínseco da iniciação, no trabalho sobre o simbolismo e o ritual e na adesão e valorização de um património de valores humanistas (e filosóficos) fundamentais. É isto que a distingue das tertúlias e associações de todo o tipo e a constitui como uma sociedade de pensamento. Ali não se reúnem todos os homens ou mulheres que querem refletir, mas sim e apenas, as que o querem fazer naquela arquitetura específica e em torno daqueles valores. O meio é, assim, condição de expressão de uma liberdade de pensamento exercida num espaço e condições próprias que a tornam única e singular e que lhe permitiram atingir uns vetustos 300 anos.



É isso que a Maçonaria é como sociedade de pensamento. É isso que os maçons são como pensadores livres naquele contexto.

A forma do trabalho não é acessória. Pode ser até (e é até) para alguns, a razão de ser da Maçonaria e de se ser maçom. Isto é, para muitos maçons o ritual, e o simbolismo a ele associado, são o que verdadeiramente importa na Maçonaria. Pondo de parte este entendimento, no qual convergem as maçonarias anglo-saxónicas e alguns hiper-ritualistas continentais, defensores de uma maçonaria exclusivamente iniciática e de Tradição, a verdade é que a «forma» de trabalho é indissociável do modo de reflexão em loja. Uma reunião de loja não é uma celebração, ao contrário de uma

missão, por exemplo. A forma como ele se processa é uma metodologia que cumpre dois objetivos; consagrar a natureza simbólico-iniciática da Maçonaria e condicionar a forma do debate de ideias. A forma não condiciona apenas a relação com o «outro» (a ausência de debate, por exemplo) mas a circunstância ritualizada em que o próprio se exprime (pedido de palavra e posição). Por isso, o digital não é uma forma trabalho maçónico, apenas uma forma de matar saudades dos amigos.

II

Definido o traçado do edifício e assumindo que ele precisa de reconstrução é preciso saber o que ruuiu. Desta vez não é o exército babilónico que destrói o Templo no 19.º ano de reinado de Nabucodonosor II. A destruição vem de dentro; não há inimigo pior do que o do interior. Não se trata, claro, de «destruição», mas sim de «evolução», como vimos lá atrás. Esta é que pode ir numa direção que ponha em risco os pilares em que assenta o edifício e aconselhe «reconstrução».

O «evolucionismo» maçónico não convoca o darwinismo antes a psicologia, no clássico debate do inato e do adquirido, popularizado por Francis Galton (1822-1911) - que era aliás meio primo de Darwin. A extensão da «reconstrução» que em dado momento histórico se pode tornar necessária numa organização maçónica é medida pelo modo como se interpretam as suas características fundacionais e se conceptualiza a sua relação com a sociedade. Aquilo que é inato à Maçonaria, ritual, simbolismo, fraternidade e beneficência evolui por interpretação: estão sempre lá, mudando apenas a forma como se exprimem e a expressão que lhes é conferida no conjunto do trabalho maçónico. Já a conceptualização da relação com a sociedade é adquirida (apropriada) em cada momento histórico. Se os historiadores da ritualística identificam com rigor a evolução, ou involução, ritual nem sempre refletem sobre aquilo que é mais importante: a relação, e a importância, que lhe é dada no conjunto dos trabalhos



maçónicos. Ora esta valorização (ou desvalorização) depende da forma como é concebida a outra parte da equação, isto é, a forma como é entendida a relação com a sociedade.

De forma redutora pode dizer-se que as maçnarias: quanto mais «societárias» menos atenção dedicam ao ritual e quanto mais ritualistas (ou tradicionalistas) menos atenção ligam as questões societárias. Sei que este raciocínio é simplista e como tal impreciso, mas, lato senso, é aqui que nos encontramos. Esta é aliás a crítica que as diversas maçnarias fazem entre si. É, portanto, por aqui que é necessário «reconstruir» o edifício.



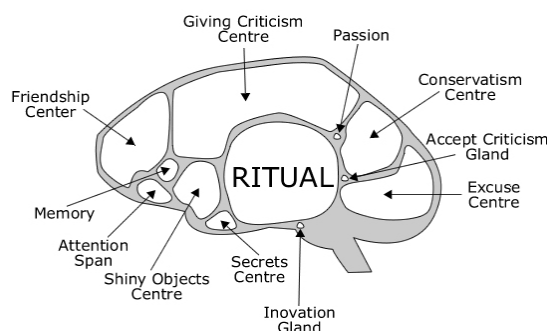
A primeira coisa que é preciso reconhecer é que nenhuma dessas conceções é errada. Nem uma é mais «legítima» do que a outra. São apenas entendimentos diversos do que deve ser a prática maçónica alicerçados em visões diferentes do que é o seu património cultural e histórico, de qual é a sua ancestralidade e função.

A reconstrução da Maçonaria passa, em primeiro lugar por ultrapassar esta visão que faz com que o entendimento de que a Maçonaria é um centro de união tenda a restringir-se a um centro de união de uma diversidade semelhante se me permitem o trocadilho. As organizações maçónicas, fruto de um processo histórico que aqui não vem ao caso, «arumaram-se» não apenas em famílias «regulares» versus «irregulares», mas, de entre as últimas, em organizações mais «tradicionalistas» (apesar de não reconhecidas pela Grande Loja Unida de Inglaterra) e mais societárias, centradas na intervenção na Polis. Esta divisão tem os seus alicerces numa cultura obediencial, isto é, num entendimento de que a Maçonaria se exprime numa organização e que essa organização, na sua ação e dogmática é expressão

de entendimentos maioritários entre os seus membros. É difícil conceber uma coisa mais empobrecedora. Recordo, apenas como pormenor histórico, a resistência que o Grande Oriente de França fez, no século passado à introdução do Rito Escocês Retificado, um rito de matriz cristã extremamente rico.

O primeiro passo da reconstrução é incentivar a diversidade. Não se trata de aceitar, mas mesmo de incentivar, porque essa diversidade de práticas é extremamente enriquecedora e permite corredores de passagem entre margens que são espaços de liberdade para a evolução e crescimento individual de cada maçn. A Obediência tem de se circunscrever a um papel pequeno e funcional de ligação administrativa e financeira entre as lojas. E a cultura organizacional tem de ser a que incentiva as lojas a percorrerem caminhos diversos dos mais tradicionalistas (iniciaticamente) aos mais progressistas (socialmente). Essa liberdade existe na doutrina constitucional, mas as organizações tendem (todas elas) a reproduzir um modelo. É assim por todo o lado, na sociedade, nas empresas etc. Por isso, uma liderança modernizadora (reconstrutora) tem de ser ativa e incentivadora de uma abertura a novos caminhos de prática maçónica para que convivam entre si na surpresa das suas diferenças. Estamos pobres porque menos diversos e, talvez, um pouco arrogantes, porque olhamos com menos consideração para aqueles que entendem a Maçonaria de um modo diferente do nosso.

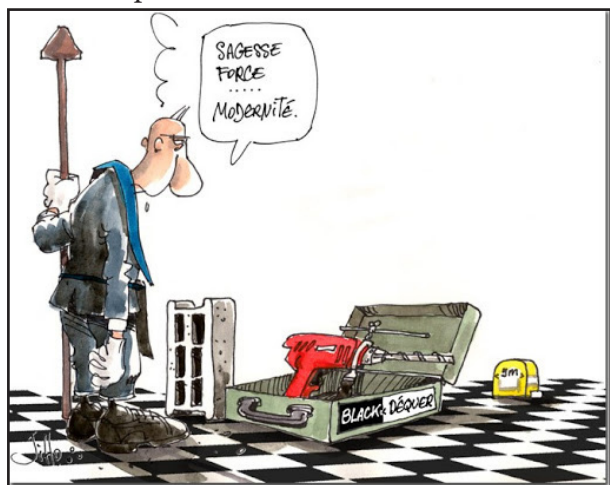
O segundo passo para a reconstrução é o reconhecimento de que a Maçonaria é Maçonaria. Isto é, que a sua primeira característica distintiva (a primeira que temos de aceitar como nos dizendo alguma coisa) é que ela assenta numa prática ritual e num conhecimento simbólico. A prática ritual não é uma mera gestualidade e os símbolos não são decoração. Compreender a natureza intrínseca do ritual (e a necessidade do seu rigor) e a riqueza cultural, filosófica e espiritual dos seus símbolos é indissociável da prática da Maçonaria.



Sem a sua valorização pelo estudo e reflexão não existe Maçonaria. Uns podem querer praticá-la no seu rigor extremo, estão no seu direito e era bom que mais existissem. Mas, o inverso não é verdadeiro; o minimalismo ritualista é uma forma travestida de uma tertúlia ou de uma confraria. O ângulo dos tacões não tem de ser rigorosamente de 90 graus, nem a abertura do compasso rigorosamente de 45 graus, mas é preciso saber o porquê, o seu significado, a sua função. Despojada de alguns dos seus elementos a operação ritual perde eficácia. Não precisa de ser uma área do Pavaroti, mas convém saber «ler» a partitura.

A Maçonaria não é a prancha, a prancha é uma coisa que se faz (ou não, consoante o entendimento de cada loja) numa sessão maçónica. Assim, este segundo passo exige uma maior formação maçónica e um reconhecimento de que ritual e simbolismo são elementos estruturantes, com uma componente espiritual (que é cultural e não religiosa) e que esta deve ser uma prática constante do maçom. Por isso, uma aposta numa cultura e formação maçónica é decisiva.

O terceiro elemento de reconstrução é o que vamos fazer em loja. Definida a Maçonaria como uma sociedade de pensamento é isso mesmo que se deve lá ir fazer: pensar de forma livre e coletivamente.



Sobre o quê? Tudo? Não, é fácil dizer que não há limites áquilo que se pode discutir em loja, para além dos constitucionalmente estabelecidos desde 1723: não se discutir política, nem religião. Mas há um limite, frequentemente ignorado. Hoje em dia, nas sociedades democráticas, tudo se discute e as sedes para esse debate são de toda a natureza e feitio. Das velhas academias ao Facebook. E cada um de nós pode pertencer a tantas instâncias de debate da atualidade, nacionais ou internacionais, quantas lhe

aprouver. Porquê fazê-lo em Loja? Esta é uma forma errada de colocar a questão. Porquê e como fazê-lo em Loja, é a forma correta porque estes dois elementos são indissociáveis.

O porquê tem a ver com uma diversidade comungada. Debater entre pessoas diversas é hoje fácil de fazer em muito lado.

Mas, nós debatemos a partir de uma «plataforma» comum, a partir de uma visão que sendo distinta tem como alicerces um fundo cultural humanista que é cultivado (no

sentido de culto) como matriz inalienável do exercício da liberdade de pensamento. Por isso a diversidade no recrutamento é tão importante, quanto mais diversificada for a composição da loja, mais rico o seu trabalho, seja ele de que natureza for.

O como, é matéria mais delicada. Há um primeiro como que é mais fácil de descartar: a reflexão tem de ser diferenciadora, isto é, tem que acrescentar a visão que os nossos valores trazem à análise de um tema, sob pena de estarmos a fazer exatamente o mesmo que outros fazem noutras sedes. A preocupação constante com o contributo de valores fundamentais ao formato das soluções é cada vez mais necessário numa sociedade que tende a enunciar e a esquecer-se dos valores com a mesma veemência.

O como mais difícil, é o ponto onde fixamos o olhar. A perspetiva é essencial à arte e à arquitetura, mas o pensamento prospetivo é essencial à evolução das sociedades. Tendemos a correr atrás da bola que alguém (nunca inocentemente) colocou a girar à nossa frente. É o que a comunicação social faz todos os dias. Uma sociedade de pensamento tem de procurar uma visão prospetiva, procurar olhar para lá da curva da estrada, sinalizar riquezas e misérias humanas, ameaças e seguranças, incentivar o diálogo, sublinhar os valores que devem desenhar as soluções. Esta é a parte difícil da prancha onde o arquiteto traça o desenho do novo edifício, mas é a que nos deve distinguir.



O quarto elemento de reconstrução traz-me à memória Pessoa:

Todo começo é
involuntário.
Deus é o agente. O
herói a si assiste,
vário
E inconsciente.
À espada em tuas mãos
achada Teu olhar desce.
«Que farei eu com esta
espada?» Ergueste-a, e fez-
se.

Fosse assim tão simples! Mas não é. Nem nunca será. As maçonarias que têm no seu seio Lojas com uma preocupação com a Polis vivem num eterno (ainda que recente) debate sobre «*Que farei eu com esta espada?*», isto é, como se exprime na sociedade o trabalho que se faz na Maçonaria. É através do trabalho individual de cada maçom na sociedade, soa a pouco para alguns. É através de uma voz mais ativa da Maçonaria (entenda-se a organização) na sociedade, soa a demais para alguns. «*Que farei eu com esta espada?*». Talvez um bom princípio fosse pegar nela. Em Pessoa, o herói encontra a espada em suas mãos. A Maçonaria (as lojas) tem de começar um pouco antes: tem de primeiro pegar na espada, ou seja, refletir de forma modernizadora, seja sobre as matérias que lhe são específicas, simbolismo e ritual, seja sobre as matérias do mundo contemporâneo que convoquem a sua reflexão. «*Ergueste-a, e fez-se*», não se trata propriamente de erguer, ou então erguer no sentido de dar a ver. Nesse sentido sim.

Mas, eu que sou um bibliófilo olho para a minha estante, percorro lentamente a suas prateleiras, releio títulos, e reconheço que, com raríssimas exceções, a Maçonaria portuguesa, no seu conjunto, vive virada para dentro de si. A reconstrução da Maçonaria tem de seguir no caminho oposto. O caminho oposto não é o da «*abertura à sociedade*», uma coisa que ninguém sabe muito bem o que quer dizer. O caminho oposto é aquele que resulta de partilhar com a sociedade o pensamento que se tenha feito sobre alguns dos grandes problemas da contemporaneidade, não para expor ou apontar uma solução, para isso já há muitos profetas, mas para carrear elementos que ajudem a pensar sobre eles. É esse o contributo que uma sociedade de pensamento pode dar. Que bom que era poder chegar a uma livraria e poder encontrar um livro sobre um qualquer tema onde se pudesse ler «*contributo da organização «tal» para a reflexão sobre ...*» É por aí também que passa a reconstrução da Maçonaria.

É bom, porém, que não se perca de vista nessa reconstrução que a nossa sociedade não precisa apenas de valores de referência para os seus problemas «*materiais*», mas também para os espirituais e que afastarmo-nos destes é alienar uma parte riquíssima do nosso património cultural e uma necessidade crescente da sociedade contemporânea. Quem hoje em dia confunde espiritualidade com religiosidade pode não ser o «*ateu estúpido*» das constituições de 1723, mas é certamente alguém que não compreende o que é a espiritualidade, que vive num passado (não particularmente brilhante) e que ignora as dinâmicas, contraditórias do seu tempo.

Fernando Marques da Costa





A Reconstrução da Maçonaria Internacional

Ao longo de mais de 300 anos da existência da maçonaria especulativa, constatamos a existência de ciclos de evolução e de retrocesso.

Desses retrocessos surgiu a possibilidade da reconstrução maçónica.

A maçonaria do período pós-guerra vai renascer das cinzas.

Muito impulsionada numa primeira fase pelas Lojas militares americanas e inglesas, a Maçonaria Europeia começa a reconstruir-se.

O Grande Oriente de França e a Grande Loja de França, reiniciam as suas atividades maçónicas no final da década de 40 do século passado, dando início a uma nova fase na maçonaria Europeia.

Nos anos 60 e 70 a maçonaria na Europa é marcada por uma forte dinâmica liderada essencialmente pelo Grande Oriente França e pela Grande Loja Unida de Inglaterra, que formam assim dois blocos na Maçonaria Universal: a corrente liberal e a corrente tradicional/regular.

Neste mosaico maçónico europeu multi-obediencial, emerge a necessidade do aparecimento de organizações maçónicas internacionais, que de uma forma abrangente vai possibilitar a reconstrução da paisagem maçónica universal.



O CLIPSAS - Centro de Ligação e de Informação das Potencias Maçónicas Signatárias do Apelo de Estrasburgo

Neste enquadramento geo-maçónico, é criado o CLIPSAS em janeiro de 1961, em Estrasburgo, por iniciativa do Grande Oriente de França e do Grande Oriente da Bélgica.



A obrigatoriedade imposta pela Grande Loja Unida de Inglaterra, na crença de um Deus revelado, seguindo a corrente teísta, e a não permissão da iniciação de mulheres, leva à criação desta confederação de obediências maçónicas.

Assim, e de uma forma inter-obediencial assiste-se a uma nova fase da maçonaria, que defende a Liberdade Absoluta de Consciência, alicerçada nas correntes positivista e deísta das Obediências Maçónicas Liberais Adomáticas.

Fazem parte do CLIPSAS, duas Obediências Maçónicas Portuguesas: o Grande Oriente Lusitano e a Grande Loja Simbólica de Portugal.

Com o Apelo de Estrasburgo, a Maçonaria Liberal reconstrói-se.

Com ou sem o Livro Sagrado nos Altares das Lojas Maçónicas, e com a defesa da iniciação feminina, a Maçonaria Liberal dá um novo

passo levando ao aparecimento de novas Obediências Mistas, para além da Ordem Internacional Direito Humano.

Surgem, sobretudo em França, a Grande Loja Mista Universal (1973) e a Grande Loja Mista de França (1982) que dão um novo impulso à Via Mista da Maçonaria Universal.

A União Maçônica do Mediterrâneo



Com os múltiplos e complexos desafios que o século XXI impõe, a Maçonaria tem vindo a reconstruir-se a nível regional, realizando encontros de reflexão e debates com a interligação das principais Obediências Maçónicas internacionais.

Neste contexto surge em 2001, por iniciativa da Grande Loja de Itália, a UMM-União Maçónica do Mediterrâneo.

A UMM engloba as principais Obediências Maçónicas do Mediterrâneo, nomeadamente Médio Oriente, Norte de Africa e Europa Mediterrânea reconstruindo assim um verdadeiro *Mare Nostrum* dos Valores e Princípios da Maçonaria, nomeadamente na Defesa dos Direitos Humanos, Ambiente e Democracia, através de colóquios, conferências, acções culturais e de solidariedade regional.

Fazem parte da UMM, quatro Obediências Maçónicas portuguesas: Grande Oriente Lusitano, Grande Loja Feminina de Portugal, Grande Loja Simbólica de Portugal e a Grande Loja Simbólica da Lusitânia.

O último encontro da União Maçónica do Mediterrâneo foi realizado em Lisboa, em 2019, pela Grande Loja Simbólica de Portugal e pela Grande Loja Simbólica da Lusitânia.



Actualmente a Maçonaria passa por uma redefinição ou reconstrução geo-estratégica.

As organizações mundiais decaem com a saída das principais obediências maçónicas europeias e dão origem ao surgimento de organizações maçónicas regionais possibilitando uma maior aproximação aos problemas e agendas regionais.

Nessa reconstrução da Maçonaria Europeia, surge a Aliança Maçónica Europeia.



A Aliança Maçónica Europeia nasce oficialmente em 2016, é registada em Bruxelas e reúne mais de trinta Obediências Maçónicas.

O objectivo é a reflexão de temas tais como: educação, democracia, cidadania, diálogo intelectual, desigualdades e inovação social, numa óptica da defesa da Dignidade Humana e da Liberdade Absoluta de Consciência.

A Aliança Maçónica Europeia assenta os seus Valores e Princípios, na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, na Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais de 1950 e na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia de 2000.

A AME é particularmente activa na Comissão Europeia e Parlamento Europeu onde organiza um colóquio anual.

Existem duas Obediências Maçónicas Portuguesas como fundadores da Aliança Maçónica Europeia: Grande Oriente Lusitano e Grande Loja Simbólica de Portugal.

Actualmente existem cinco Obediências Maçónicas Portuguesas membros da AME, tendo-se juntado às duas primeiras a Grande Loja Simbólica da Lusitânia, a Grande Loja Feminina de Portugal, e a Federação Portuguesa do Direito Humano.

Estas duas Obediências Maçónicas históricas iniciaram um processo de reconstrução na Maçonaria Liberal e Adogmática, que irá alterar a paisagem maçónica mundial.

Mesmo a Grande Loja Unida de Inglaterra tem mostrado sinais de abertura em relação às duas Obediências Femininas Inglesas: The Order of Women Freemasons e a HFAF – Freemasonry for Women.



Em Portugal, a Grande Loja Simbólica da Lusitânia é a primeira Obediência Maçónica Portuguesa que se afirma como Plural, dando a possibilidade às Lojas de serem Mistas, Femininas ou Masculinas.

Trabalha o Rito Escocês Antigo e Aceite, o Rito Antigo e Primitivo Memphis Misraim e o Rito Emulação com as Cartas Patentes do Grandew Oriente de França.



O panorama actual maçónico está em reconstrução.

A Via Maçónica Plural

No âmbito internacional, as principais Obediências Maçónicas alteraram os seus Estatutos e Constituições, anulando a separação de género e abrindo às Lojas a possibilidade de serem masculinas, mistas ou femininas, chamando a este novo paradigma a Via Maçónica Plural.

Este novo modelo tem início em 2010, no *Convent* do Grande Oriente de França que aprovou a Iniciação independente do género.



Em fevereiro de 2020, o Grande Oriente da Bélgica aprovou a Iniciação de mulheres possibilitando as três vias maçónicas na Obediência.



Ao nível das Jurisdições Portuguesas, a Grande Ordem Egípcia Portuguesa - Altos Graus do Rito Antigo e Primitivo Memphis Misraim, é a única Jurisdição Plural, com as Cartas Patentes do Grande Oriente de França e defende a constituição de Colégios Mistos, Femininos e Masculinos.

Este é o novo desafio na reconstrução da maçonaria universal.

Pedro Rangel

Presidente da Câmara de Administração
da Grande Ordem Egípcia Portuguesa



CABEÇAS 4.0

Atravessamos momentos particularmente difíceis, complexos e acima de tudo imprevisíveis. Às pessoas, organizações e aos seus gestores é exigida hoje uma enorme coragem para resistir e fazer frente aos terríveis desafios sanitários, económicos e sociais que atravessamos. A sobrevivência das organizações, antes designada com o termo competitividade, é hoje marcada com a exigência de tomar decisões e actuar perante a incerteza de novos factores que surgem diariamente, totalmente desconhecidos e imprevisíveis. No entanto, não tomar decisões e não agir será fatal (url, 2019).

A mitigação do risco sempre foi um dos primeiros desígnios da gestão, promovendo-se assim as iniciativas que permitissem aumentar a previsibilidade dos resultados. Estas medidas eram contrárias a inovação e à concepção de novos modelos de negócio, pois qualquer inovação encerra um significativo risco. Mas será que estes pressupostos se mantêm válidos no actual contexto de pandemia, em que a incerteza impera? A resposta é não!

A realidade que vivemos surgiu de forma totalmente inesperada, alterou dramaticamente o contexto e abalou algumas definições estruturais, como o conservadorismo favorável à previsibilidade e contrário à inovação. Estes são tempos governados pela incerteza e por uma necessidade extrema de inovação e de recriação de modelos de negócio e de operação das organizações.

São tempos semelhantes aos que o povo de Jerusalém vivia na Babilónia durante o cativeiro, após a derrota e a destruição do seu templo. Sendo necessário um sonho de reconstrução e a coragem de empreender um longo caminho e a construção de pontes entre o passado e o futuro. Vivemos um momento de incertezas e de reconstrução da Liberdade.

Proponho e descrevo as 5+2 características essenciais dos gestores em organizações, conferindo-lhes assim a estrutura mental necessária para enfrentar os actuais desafios, e seguirem no caminho da reconstrução:

1. **Colaboração**
2. **Comunicação**
3. **Digital**
4. **Aprendizagem constante**
5. **Iniciativa**
6. **Coragem**
7. **Humanismo**

1. Colaboração

Vivemos em confinamento, com trabalho remoto, forçando as equipas a trabalhar à distância. Levantam-se novas barreiras que dificultam ainda mais a necessária colaboração a uma gestão eficaz e à produção de resultados. Novas formas de colaboração devem ser asseguradas, proporcionadas por tecnologia que permita reduzir as barreiras físicas e encurtar as distâncias. A internet hoje suportada em banda larga com fibra óptica leva a nossa casa os meios necessários de trabalho com características semelhantes às existentes no local de trabalho, igualmente rápidas e seguras.



No entanto, a vontade de partilhar e de colaborar com os outros está dentro da cabeça de cada um de nós. Se essa vontade não existir, de nada servem os meios tecnológicos disponíveis, permanecendo sem utilização. A chave para uma colaboração eficaz está então dentro das nossas cabeças e depende da nossa vontade. É necessária uma mente aberta e verdadeiramente livre de preconceitos para conseguir colaborar com os demais Irmãos Cavaleiros e superar-se a si próprio.

2. Comunicação

Uma comunicação eficaz permite alcançar o máximo potencial de uma equipa de trabalho, maximizando as sinergias, o alinhamento de expectativas,

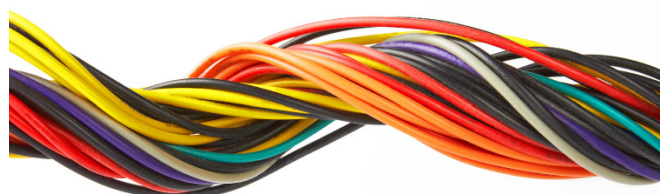
os objectivos, estratégias e a produção de conteúdos. Sendo a comunicação uma necessidade em qualquer contexto, mesmo anterior ao estado de calamidade, torna-se ainda mais relevante num contexto de colaboração à distância, em que as equipas são forçadas a dialogar menos, adoptando canais alternativos escritos ou vídeo conferência. Quando a dimensão das equipas aumenta, as dificuldades de comunicação também aumentam, ocupando uma parcela muito relevante de tempo, sendo este um recurso escasso e necessário à produção.



É por isso fundamental que os gestores tenham uma elevada capacidade de comunicação, com clareza, assertividade e elevado poder de síntese. Devem reduzir as mensagens ao estritamente essencial, de forma transparente e clara, sem segundos significados ou interpretações, pois não existe o tempo nem a possibilidade de os corrigir. É necessário saber ouvir e falar apenas no momento certo, com uma linguagem própria do Grau em que nos encontramos e com os termos ou símbolos certos, do conhecimento dos nossos Irmãos.

3. Digital

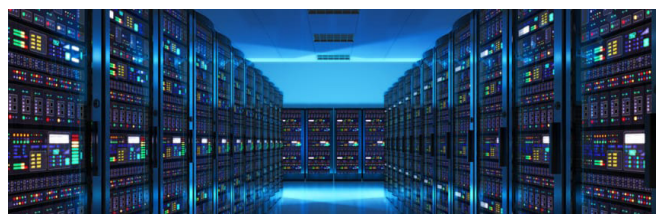
Os canais digitais são actualmente uma obrigatoriedade para a comunicação e para a gestão, promovendo ao grau de analfabetos todos os que não os consigam utilizar com eficácia. Não existe o tempo para atravessar o Cabo da Boa Esperança e levar uma mensagem de Lisboa a Cebu quando um email demora apenas alguns segundos. O acesso a informação e a indicadores de apoio à decisão facultados por meios digitais, representa um diferenciador crítico na tomada das decisões certas e na definição de estratégias ganhadoras.



Torna-se assim fundamental que os gestores procurem adoptar os canais digitais antes de qualquer outra alternativa e mobilizem as suas equipas a fazerem o mesmo. Este será um diferenciador que se traduz em redução de custos, em enormes ganhos de eficiência e numa poupança significativa do tempo necessário, quando comparado com uma abordagem tradicional sem suporte tecnológico. Os ganhos obtidos por via da simplificação e os aumentos de velocidade podem ver os seus efeitos multiplicados pela adopção de inovação de base tecnológica. Os humanos têm muito a beneficiar em todas as actividades de pura execução ou mesmo de decisão, recorrendo a tecnologias como IA/ML, libertando assim uma parcela significativa para actividades de análise e definição (estratégia, arte, ciências criativas). Algo semelhante à ponte construída entre a Assíria e a Judeia, uma inovação que permitiu encurtar muito tempo na viagem de regresso de Zorobabel, mesmo que isso signifique enfrentar novos inimigos e novas batalhas. A mudança e aprendizagem são semelhantes a batalhas interiores que o ser humano deve enfrentar, para conseguir as insígnias LDP (Livre De Passar).

4. Aprendizagem constante

A aprendizagem permite identificar as lacunas de conhecimento que motivam novamente o estudo e a nova aprendizagem. Mais ainda, apenas alcançando níveis mínimos de literacia em algumas disciplinas (matemática, tecnologia, línguas, entre outras) se torna possível construir os alicerces necessários para, em cima desses alicerces, continuar o percurso de aprendizagem. Como exemplo, o estudo avançado de análise de dados ou de análise matemática apenas é possível aos alunos que concluíram com sucesso os níveis anteriores de conhecimento obtidos no ensino secundário. Outro exemplo será a utilização de plataformas digitais para conferências à distância tão usadas agora em momentos de confinamento, que continuam a ser impossíveis de utilizar pelas populações mais idosas ou por todos aqueles que não tenham um conhecimento básico do que é a “internet” ou ferramentas como o google (Meet, email) ou o Facebook, às quais adicionamos a



computação *Cloud* e inteligência artificial (ref, 2018).

O conhecimento gerado e potenciado pelos processos de aprendizagem, tem sido essencial para o progresso das sociedades em todas as suas dimensões, desde a económica, nos transportes, comunicações, medicina, ou mesmo em termos da organização social. Este caminho de progresso apenas tem sido possível por via da aprendizagem constante e pela paixão da leitura que é um verdadeiro acelerador deste processo. Uma pessoa que gosta de ler tem igualmente uma maior disponibilidade mental para aceitar a inovação e o conhecimento proporcionado por outros, sendo também mais inovador e mais ágil nos processos de mudança.



Os conhecimentos Maçónicos e de arquitectura, transmitidos pelos Mestres que nos ensinaram, permitiu a Zorobabel e ao povo regressado a Jerusalém conseguir reconstruir o Templo a partir das ruínas do antigo que foi destruído. Foram usados materiais semelhantes e das mesmas origens, para que o novo Templo em tudo se assemelhasse ao anterior. Isso só foi possível pela transmissão de conhecimento.

5. Iniciativa (Drive)

Os tempos que vivemos não são compatíveis com a inércia ou dormência. É tempo de acção e de tomar a iniciativa, de assumir riscos e de mobilizar todos os que estão em nosso redor. Esperar por melhores dias ou aguardar por melhores condições é desfalecer e agonizar, até que os últimos recursos de que dispomos se esgotem.

Várias das recentes mudanças serão permanentes e muitas das fontes de receita até à pouco existentes jamais voltarão. Como digo com frequência “a sorte dá muito trabalho” e apenas poderá existir “sorte” para aqueles que a procuram. Uma vez falhamos em processos de inovação em que tomamos a iniciativa ou experimentamos, mas outras resultam naquele sucesso que compensa largamente várias das tentativas falhadas que lá fomos encontrando ao longo do caminho que percorremos.

Olhando um pouco para factos históricos, observamos que as espécies hoje dominantes tomaram algures no passado a iniciativa e assumiram riscos sérios de sobrevivência, como o “*Homo Sapiens*” que começou o seu percurso em África e veio progressivamente conquistando as demais espécies, incluindo de animais de grande porte e levando muitas dessas espécies à extinção.

A capacidade de iniciativa e de incentivar outros, por vezes também designada por “*Drive*”, é o motor do empreendedorismo e de várias importantes conquistas, sendo muitas delas disruptivas e de enorme impacto nas gerações futuras.

Zorobabel tomou dessa iniciativa e conduziu o seu povo de regresso a Jerusalém, erguendo pontes de inovação pelo caminho e enfrentando batalhas, antes de conseguir chegar ao destino. Tomou ainda nas mãos o difícil objectivo da reconstrução do Templo e da libertação do seu povo, que nos deve servir hoje de exemplo e de motivação à acção.

6. Coragem

Esta é uma característica muito pouco falada, mas também ela necessária e fundamental para permitir a superação dos desafios e dos medos que todos enfrentamos. Vivemos num oceano de incertezas e de novos factores a surgirem diariamente, resultantes por vezes em caos e em riscos de magnitude nunca antes observados. Sem uma enorme dose de coragem, não nos será possível enfrentar esses medos, enfrentar os desafios a que somos obrigados hoje para nos conseguirmos superar e para aceitar as consequências de falhar. Sim, certamente iremos falhar em muitas

das iniciativas que iremos tomar no nosso percurso, mas é com esses erros que o ser humano consegue também aprender e evoluir. Errar faz parte do processo de aprendizagem e da construção do próprio conhecimento. Devemos aprender a valorizar os erros (nossos e dos outros) como construtores dos alicerces ao progresso científico, social e da humanidade.

Esta coragem é especialmente necessária aos líderes de hoje para que consigam desafiar o “*Status quo*” e sair do anonimato, conduzindo as suas equipas, a população e a humanidade a uma nova realidade, mais saudável, mais colaborativa, mais transparente, mais universal, mais responsável para com o ambiente e com os outros.

Zorobabel foi igualmente um Homem de coragem e que não exitou a defender os segredos Maçonicos, preferindo permanecer no cativeiro a libertar os segredos que conhecia. Enfrentou batalhas na defesa do seu povo e saiu vencedor. Sem coragem, vencem os nossos medos e com eles não conseguimos agir.



7. Humanismo

Esta é uma característica estruturante e fundamental para a união das restantes 6 características. Não podemos ignorar o facto de que partilhámos este planeta com mais 7 mil milhões de outros seres humanos, num espaço limitado que é o planeta Terra, com recursos essenciais escassos como a água ou a comida. Enquanto sociedade, se não conseguirmos dar um passo de gigante neste pilar do humanismo durante as próximas décadas, a própria continuidade da nossa espécie será colocada em causa. A automação e a inovação digital não são antagónicas com uma dimensão humanista, muito pelo contrário. A inovação e a automação libertarão tempo ao homem para se dedicar a outras dimensões como as artes, as ciências sociais e para cultivar o humanismo, sendo estas as linhas da evolução do Homem nos próximos tempos. Temos que conseguir converter a “*falta de tempo*” das duas décadas passadas em tempo de qualidade e investir esse tempo “*livre*” no progresso intelectual e espiritual do Homem, para alcançar uma nova etapa da nossa evolução.

O Humanismo e a vontade de libertar outros povos moveu um grupo de Cavaleiros Maçons a deixarem Jerusalém caminhando para Oeste, numa demanda de retorno e de contributo para um mundo melhor para todos os seres.

Uma “Cabeça 4.0” resulta assim num ser humano colaborativo (*Team Player*), excelente comunicador e que consegue transmitir as suas ideias aos outros com facilidade e assertividade, utilizador compulsivo das tecnologias e das várias inovações tecnológicas, que gosta de ler e de aprender todos os dias, que toma para si a iniciativa de propor e construir novos projectos e novas soluções para os problemas que encontra (*Drive*), com grande coragem e sem medo de falhar saltando de derrota em derrota até à vitória final, mas que ainda assim consegue ajudar os outros, ajudar a sua equipa, a sua família e ainda consegue respeitar o ambiente, vivendo em harmonia com a natureza e com as demais espécies.

Podemos facilmente recordar algumas mentes 4.0 da actualidade como António Horta Osório (Banco), Teófilo Ribeiro Leite (ICC, Calçado), Paulo Pereira da Silva (Renova, Papel), Vasco Pedro (Unbabel, AI@Tradução), João Barros (Veniam, Transportes), Nuno Fonseca (Sound Particles, Multimedia), Ricardo Santos (Heptasense, AI@Video), ou mesmo o Padre António Vieira no século XVII (filósofo e escritor, universo literário Português) e Vasco da Gama no século XV, sendo injusto por não mencionar muitos mais, mas não temos o tempo ...

O principal inimigo está dentro de nós e pode vencer, se aceitamos a preguiça e a passividade, mas também reside dentro de nós a capacidade de reagir e de promover diariamente cada uma das sete características (ou 5 + 2) que enumerei. Podemos caminhar devagar, mas se persistirmos e continuarmos a caminhar um pouco todos os dias, com auto-estima e ambição, conseguiremos elevar a nossa cabeça ao patamar “4.0” e governar o mundo, quem sabe, a falar português. Sigamos assim o exemplo de Zorobabel, uma personagem ilustrativa com todas estas características, que conduziu o seu povo à Liberdade e à Reconstrução do Templo:

“Possas a tua vontade sustentar as tuas esperanças e assegurar o sucesso, para mudar o lugar do homem na sociedade e restituir as liberdades fundamentais para todos e para uma Humanidade melhor. Na falta de terrenos, o templo pode ser edificado nos nossos corações.”

Al Gore



RITO FRANCÊS

A ARTE REAL E A BELEZA DO TEMPLO



A Escola de Atenas – Rafael (pormenor)

*Bem e Bom
Conhecer e Saber
Pensar e Concretizar*

Tudo começou lá longe quando no Gabinete de Reflexão tomei, com a consciência possível, a decisão de trilhar um caminho outro. Aprendiza, confrontei-me, conheci-me e descobri a pedra que ocultava. Companheira, saí à descoberta do mundo exterior, com outros caminhei e fui trazendo a pedra ao polimento. E depois de ter sido recebida e constituída, Mestra maçona passei a ser. E assim, qual artesã, fui esculpindo a matéria, desvelando o espírito e projectando segundo o conhecimento que adquiri.

Daqui parti com o desejo de aprofundar esse conhecimento e, evoluindo, saber agir com justiça e justeza. De novo me confrontei. E tendo entendido a necessidade de conciliar a minha ordem interior com uma ordem exterior para que tudo pudesse evoluir em harmonia reconduzi-me à minha humanidade e de Eleita que fui, Grande Eleita me receberam para poder participar na construção da Humanidade.

Este caminho de crescente compromisso de exigência na construção individual está reflectido no ritual da II Ordem. É um sair do EU para o NÓS, do individual para o colectivo, do indivíduo para a sociedade, num processo altruísta de transmutação de conhecimentos e saberes que a todos beneficie. É fazer com que o Templo individual – construído no progressivo entendimento das coisas e de nós próprios – seja a sustentação do Templo da HUMANIDADE, lugar onde nos recolhemos, nos igualamos e nos irmanamos ao nosso semelhante.

Estamos, pois, perante um projecto de construção abrangente que implica uma clara percepção das capacidades individuais, mas também e sobretudo, um saber agir para nele incluir todos os indivíduos, independentemente de raças, crenças, credos e condição.

Mas não há Humanidade sem Sociedade; é nela que instituímos as normas de relacionamento convivial, reflectimos as afeições, praticamos e adquirimos virtudes e projectamos os conhecimentos; nela tomamos consciência da nossa liberdade e tornamo-nos responsáveis; nela projectamos os conhecimentos e saberes e, dessa transmissão, nela vamos evoluindo em resultado dos benefícios alcançados; e nela intervindo, vivemos a felicidade de a tornar mais justa e fraterna. Por isso a construção individual implica sempre uma acção no exterior que a reflecte. Mas de que modo

se poderá construir o bem-estar individual que em outros se vai projectando?

Com conhecimento, com saber e com método, entendendo o que é bom para ser feliz.

Para construir é necessário aceitar que a natureza humana se manifesta em paixões exacerbadas na exaltação do EU, provocando a desordem, mas também em sentimentos afectuosos que relevam de uma racionalidade indutora de comportamentos que conduzem ao entendimento e à concórdia. Depois é ainda necessário adoptar um método que, tendo em conta as diferenças individuais, permita ir ao encontro do essencial, daquilo que é desejo comum, na permanente desconstrução de certezas e convencimentos, num contínuo que vai do signifiante ao significado, da causa ao efeito, do símbolo ao simbolizado e vice-versa.

E daqui, com inteligência e saber, há que pôr em marcha um projecto em que todos se revejam: um projecto inclusivo concretizado pelo bem pensar, pelo bem dizer e pelo bem fazer, cuja beleza em conjunto possamos admirar.

É um sentido de construção que resulta da interacção do individual com o colectivo e a Natureza, para daí tirar benefícios que a todos possam servir por igual. Requer paciência e acerto na reflexão, rigora na execução e exigência na transmissão.

Construir implica também reconhecer o que é bom e ter a vontade de agir em conformidade. É capacidade que pressupõe competência individual resultante de um conhecimento em ascensão dialéctica que alimenta o saber, vertente instrumental desse conhecimento. Embora nem todos tenham a mesma competência, têm certamente em comum o desejo de serem felizes. Para a concretização deste desejo concorrem a Liberdade, a Igualdade e o exercício da Fraternidade, para que a Harmonia se mantenha na interdependência a que estamos sujeitos.

E desta interdependência surge a Sociedade, espaço de construção evolutiva que permite a realização de homens e mulheres no usufruto equitativo das benesses do progresso científico, técnico, económico e do trabalho fundador da dignidade. Por isso é tão importante tudo o que respeita à Justiça, à Educação, à Cultura, à Saúde, à Economia e também à concretização das ideias e à projecção dos ideais,

por serem campos que influem directamente na realização do Ser e do bem-estar na vida. É, pois, em Sociedade que reflectimos sobre nós próprios e sobre os outros, concretizamos aspirações e damos sentido à existência. Nela intervindo, concorremos para o seu progresso e, transmitindo e promovendo valores, contribuimos para o desenvolvimento moral da Humanidade.

Mas tal intervenção terá que prosseguir no amor pela Verdade, em que o comportamento ético é pedra angular e um bem que se prolonga pela prudência, pelo dever, pela justiça e pela força interior que permite dominar paixões e tornar o indivíduo livre de actuar segundo a sua consciência.

São estes instrumentos fundamentais à construção individual e à transmissão do conhecimento sem dogmatismos. Esta atitude ética, libertária, igualitária e fraternal, é cadinho do desprendimento de egoísmos que poderá permitir a felicidade de todos pela sucessiva concretização das aspirações mais profundas numa sociedade inclusiva, justa, democrática e progressiva.

Toda esta arquitectura percorre, implícita ou explicitamente, o Ritual num caminho de assunção de virtudes e de reafirmação de compromissos conformadores de qualidades, instrumentos que permitem à Grande Eleita, pelo entendimento da dádiva e pela acção altruísta, construir no

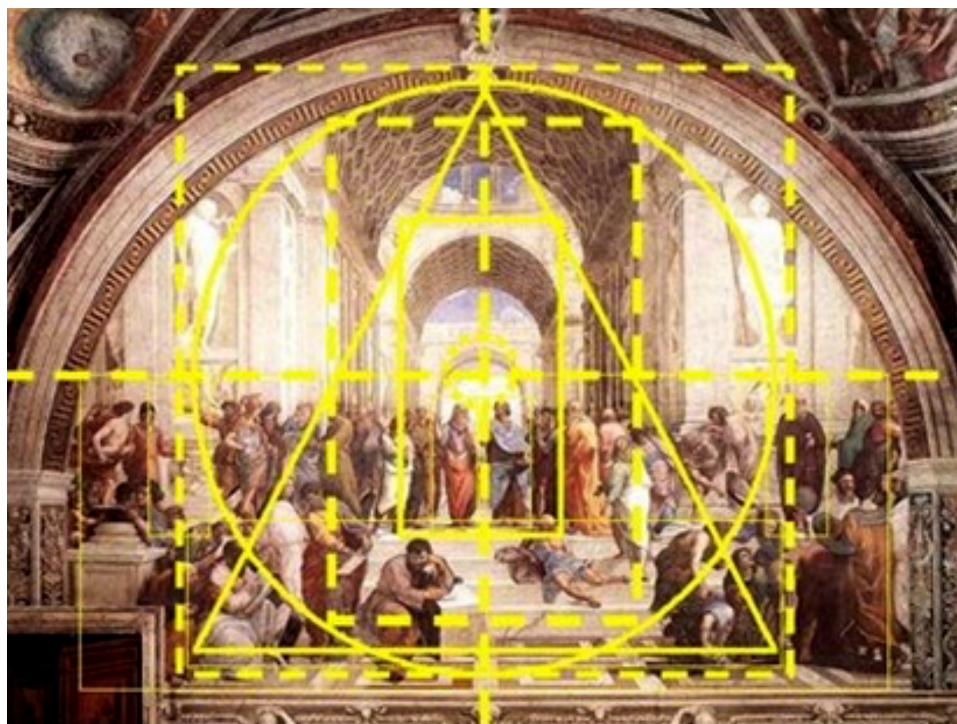
exterior. Só deste modo, poderá sentir a beleza do templo que em si construiu para admirar a Beleza do Templo que fora de si, com outras construirá. É um percurso que corresponde a uma exegese. É uma Arte que se manifesta pela aplicação prática do conhecimento num processo participativo, magnificante e altruísta, oferecendo aos outros o benefício da Harmonia a que se chegou. E é Real porque, relevando do comportamento ético, o que constrói é verdadeiro.

A Obra que daqui resultar só pode ser um Templo exterior, o *socius*, lugar onde se cultiva e guarda a Ciência segundo um sentido moral por excelência, cuja beleza apenas poderá ser admirada por quem tem qualidades que contribuam para o progresso social e moral da Humanidade em que se inclui.

Do que ficou dito retenha-se o essencial: a Arte Real é um método e uma ciência que permitem em cada momento reconhecer a Verdade transmutada na Obra que se vai moldando, é manifestação do espírito levada à prática pela vontade para ser usufruída por todos ... em Harmonia. Daí a Beleza do Templo que se vai erguendo... em União.

Este entendimento transparece no Ritual através do acto, profundamente simbólico, de acender o Candelabro de Sete Braços, significante do início da Criação.

“É o anúncio de um novo tempo”



A Escola de Atenas representa a verdade adquirida através da razão

1. Esta Obra de Rafael é construída segundo o princípio da dualidade.
Há uma linha horizontal – terra / céu – e todas as figuras estão abaixo dessa linha;
há uma linha vertical entre duas formas de entendimento:
Platão (à esquerda) – as ideias, os conceitos (o Bem) – aponta para cima;
Aristóteles (à direita) – a prática, a ética (o Bom) – aponta para a terra.
2. Todos estão protegidos pela abóbada – trabalho desenvolvido a coberto
3. Tudo se realiza em baixo, mas segundo a razão enformada do princípio do Bem;
4. É uma Escola, o que encerra a ideia do dever de transmissão;
5. O círculo representa a universalidade (de pensamento);
o triângulo representa o princípio construtivo;
o duplo quadrado representa o espaço construtivo.
6. O quadrado a tracejado, que representa a matéria, dá a ideia de progressão.
A perspectiva vem do fundo, do centro, do ponto onde estão as duas figuras principais e expande-se.
7. Reparem na harmonia desta obra: é a que resulta do trabalho em comum, em prol do conhecimento, ainda que seguindo vias diferentes, mas que se complementam na construção de uma sociedade de pessoas que sabem, conhecem e, por isso, contribuem para o desenvolvimento da sociedade;
8. Atentem nas linhas a cheio:
o duplo quadrado (espaço construtivo) onde as figuras principais ocupam a parte inferior;
o triângulo (princípio construtivo, que desfaz a dualidade);
o círculo (o todo).
A intercepção do triângulo com o círculo forma um compasso no qual se inscrevem as figuras principais que representam as ideias (Platão) e a acção (Aristóteles), num espaço comum aos dois.
Aqui se estabelece o equilíbrio entre pensar e agir.
9. Convido-vos agora, minhas Irmãs e meus Irmãos Grandes Eleitos, a olhar para a figura inscrita no centro do vosso avental...

MAR



Avental IIa Ordem de Sabedoria RF

Portugal entre Colunas

Fernando Pessoa

Alberto Cuervo

Ricardo Reis.

Alameda da Europa

Fernando António Nogueira Pessoa, nasce em Lisboa em 13 de junho de 1888, no N° 4 do Largo de S. Carlos. Oriundo de famílias da pequena aristocracia pelo lado paterno e materno, seu pai Joaquim de Seabra Pessoa, era natural de Lisboa e sua mãe D. Maria Madalena Pinheiro Nogueira Pessoa, era natural da Ilha Terceira, Açores. Este nosso grande escritor e poeta do Séc. XX, é o mais universal dos poetas Portugueses. Ele próprio se definia, poeta, filósofo, dramaturgo, ensaísta, tradutor, publicitário, astrólogo, inventor, empresário, correspondente comercial, crítico literário e comentarista político. Todos estes atributos, só se tornaram possíveis, devido à sua esmerada educação na adolescência.

Quem sobe a Rua Garrett, ao Chiado em Lisboa, vai encontrá-lo imortalizado numa estátua de bronze, que o recorda sentado descontraidamente, numa mesa da esplanada do café A Brasileira. O conjunto escultórico em bronze, da autoria do Mestre António Augusto Lagoa Henriques, nosso Irmão da Respeitável Loja Livre Pensamento, onde foi iniciado em 7 de Julho de 1989 com o nome simbólico Jacinto José Pedro, que, entretanto, passou ao Oriente Eterno.



António Arnaut ladeado por Carlos Amado e Lagoa Henriques



O átrio do Palácio Maçónico, tem uma escultura, conhecida de todos, que representa os Grãos Mestres que dirigiram a Ordem durante a tenebrosa época da ditadura e que foi da sua autoria, com inauguração em 23 setembro de 2005. Mas voltamos à estatua do Fernando Pessoa, cuja inauguração teve lugar em 13 de junho de 1988. O monumento assente sobre uma base triangular, consiste numa mesa e duas cadeiras, estando uma ocupada por Pessoa.

A base triangular lembra-me, por breve momentos, a defesa que ele fez da Maçonaria quando da sua ilegalização pelo regime fascista. Embora não sendo maçom, soube como nenhum outro apresentar argumentos, que demonstram o seu conhecimento sobre o caráter da Ordem. Mas disso, falaremos mais adiante. A sua permanência neste local justifica-se, porque foi neste café que ele escreveu alguns dos seus textos e filosofava com alguns dos seus amigos, sobre a época em que vivia. Aliás, seria aqui que se fundaria a revista Orpheu.

A sua infância e adolescência, seria profundamente marcada pelos nefastos acontecimentos, da morte de seu pai com a idade de 43 anos, quando tinha apenas 5 anos e de seu irmão de 1 ano de idade, no ano seguinte, vítimas da tuberculose. Seu pai era à data funcionário público e crítico musical no Diário de Notícias. Perdida a subsistência da família, sua mãe vê-se obrigada a vender os bens que possuía e a mudar-se para uma casa mais modesta.

Em finais de 1894, sua mãe volta a casar-se com o Comandante João Miguel Rosa, estando este destacado como Cônsul Português em Durban, África do Sul, para onde Pessoa partiria com a sua mãe com apenas 7 anos.

Na África do Sul, foi educado numa escola católica Irlandesa e mais tarde com 11 anos no Liceu de Durban, aprendendo a língua inglesa, com a qual teve mais familiaridade do que com a língua materna, sendo dessa altura os seus primeiros versos nesse idioma.

Fernando Pessoa traduziria para português, alguns escritores de língua inglesa, como William Shakespeare e Edgar Allan Poe, e para inglês os nossos escritores António Botto e Almada Negreiros.

Enquanto poeta escreveu sob diversas personalidades, adotando heterónimos, sendo os mais conhecidos, Ricardo Reis, Álvaro de Campos, Alberto Caeiro, na obra poética e Bernardo Soares, autor do livro do Desassossego, embora este último possa ter sido considerado, mais como um pseudónimo. Todos os heterónimos de Fernando Pessoa têm uma personalidade própria, inclusivamente possuem uma data de nascimento e morte, exceto Ricardo Reis, que não tem data da morte o que levou José Saramago, a escrever o livro *“O ano da morte de Ricardo Reis”*.

Regressa definitivamente a Portugal em 1905, ficando a morar com uma avó, já que sua família fica

em Durban. Aqui continua a produzir os seus versos em Inglês. Em 1906 ingressa no Curso Superior de Letras (anterior a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), onde não completa sequer o seu 1º ano. Por morte de sua avó recebe uma pequena herança, com a qual monta uma pequena tipografia em 1907, que acabaria por fechar por insolvência.

Sem meios de subsistência, arranja emprego como tradutor de correspondência comercial, ocupação que manteve durante toda a sua vida, a par de uma colaboração com o publicista José Boavida Portugal, com artigos de crítica literária e dramática.

Em 1915 participou na revista literária Orpheu, na qual lançou o movimento modernista em Portugal, causando algum escândalo e muita controvérsia. A revista editou apenas 2 números, nas quais publicou artigos com o seu nome e igualmente com o heterónimo Álvaro de Campos. No segundo número, Pessoa assume a direção da revista, juntamente com Mário de Sá Carneiro.

Em 1924, juntamente com o artista plástico Ruy Vaz, Fernando Pessoa lança a revista Athena, onde relatou o «drama em gente» dos seus heterónimos, publicando poesias de Ricardo Reis, Álvaro de Campos e Alberto Caeiro, bem como do ortónimo Fernando Pessoa.

Entre fevereiro e outubro de 1935, último ano da sua vida, produziu uma série de escritos políticos, vários deles contra Salazar, o Estado Novo e de cariz anticatólico, na forma de texto e poemas satíricos. Sobre a invasão da Abissínia pela Itália fascista publicaria 2 textos, que a censura não deixou passar. A propósito de um projeto Lei sobre *“Associações Secretas”*, apresentado por um deputado na Assembleia Nacional fascista, escreveria Fernando Pessoa um extenso artigo, no Diário de Lisboa de 4 de fevereiro de 1935, em defesa da Ordem Maçónica, que pela sua extensão, resumimos apenas, algumas partes significativas.

“Começo por uma referência pessoal, que cuido por necessária, não dever evitar. Não sou Maçon, nem pertenço a qualquer outra Ordem, semelhante ou diferente. Não sou porém anti-maçom, pois o que sei do assunto me leva a ter uma ideia absolutamente favorável da Ordem Maçónica.”

E mais adiante.

“A Maçonaria compõe-se de três elementos: o elemento iniciático pelo qual é secreta; o elemento fraternal; e o elemento a que chamarei humano – isto é, o que resulta de ela ser composta por diversas espécies de homens, de diferentes graus de inteligência e cultura, e o que resulta de ela existir em muitos países, sujeita portanto a diversas circunstâncias de meio e de momento histórico, perante as quais, de país para país e de época para época, reage, quanto a atitude social, diferentemente.

Nos primeiros dois elementos, onde reside essencialmente o espírito maçônico, a Ordem é a mesma sempre em todo o mundo. No terceiro, a Maçonaria – como aliás qualquer instituição humana, secreta ou não – apresenta diferentes aspetos, conforme a mentalidade de “maçons” individuais, e conforme as circunstâncias de meio e momento histórico, de que ela não tem culpa.

Neste terceiro ponto de vista, toda a Maçonaria gira, porém, em torno de uma só ideia – a tolerância; isto é, o não impor a alguém dogma nenhum, deixando-o pensar como entender. Por isso a Maçonaria não tem uma doutrina.”

Muito haveria a escrever sobre Fernando Pessoa, pois este artigo não focou grande parte da sua obra literária, nem da sua personalidade e dos seus heterónimos. Este nosso grande escritor e poeta, já ocupa a galeria dos imortais.

Por muito que se diga sobre ele, muito ficará por dizer, até porque muito do seu espólio ainda está por editar.

Termino com um verso da sua autoria.

*“Se depois de eu morrer, quiserem escrever a minha biografia,
Não há nada mais simples
Tem só duas datas – a da minha nascença e a da minha morte.
Entre uma e outra todos os dias são meus.”*

Viria a deixar-nos definitivamente em 30 de novembro de 1935, com a idade de 47 anos.

António Gargaté



Lembrar o Escultor



memórias com quarenta e sete anos são algo difusas e podem já ser memórias reconstruídas, palavras substituídas, mas não faz mal, quando se escrevem para lembrar alguém de quem se gostava

no largo da Biblioteca Pública decorria o ano letivo de 1973/74 e, não havendo à vista outra escola, a referida letividade tinha lugar na honrada e por extenso Escola Superior de Belas Artes de Lisboa

bons tempos, em que a arquitetura ainda usufruía da confortável e protetora capa das belas artes

de entre os eruditos residentes, passe o exagero da expressão, referimo-nos a residentes não a eruditos, destacava-se a figura de António Lagoa Henriques, professor de disciplina de desenho comum aos três cursos, de palavra fácil, contacto afável e sempre discreto sorriso nos lábios, mas, não podendo o sempre, sempre ser, lá vinha o semblante carregado, genal interrogativa, Oh minha senhora, então está a desenhar-nos um Apolo com ar de Hércules, Bem sei que realmente temos de inserir algo de nós naquilo que produzimos, os nossos desejos talvez, mas, Bem vamos esperar que quando chegar a vez de desenhar-mos um Hércules, nos brinde com os músculos doces e suaves de um qualquer Apolo, Continue por favor, não era bem o que se pretendia, mas está muito bem

com humor suave, amiúde irónico, por vezes sarcástico, sabia não se esquecer de ensinar, incessantemente a transmitir que a liberdade de expressão, artística na circunstância, teria de andar de braço dado com o rigor, saber dos preceitos básicos para poder atingir a emancipação

qualquer ferramenta, lápis, caneta, pincel, toco de carvão retorcido, qualquer suporte, papel, tela, cartão, guardanapo, porque não pedra, qualquer sítio, sala de aula, casa, casa alheia, rua, esplanada, desde que nos esforcemos, Seria contrário ao rigor atrás narrado, Talvez não

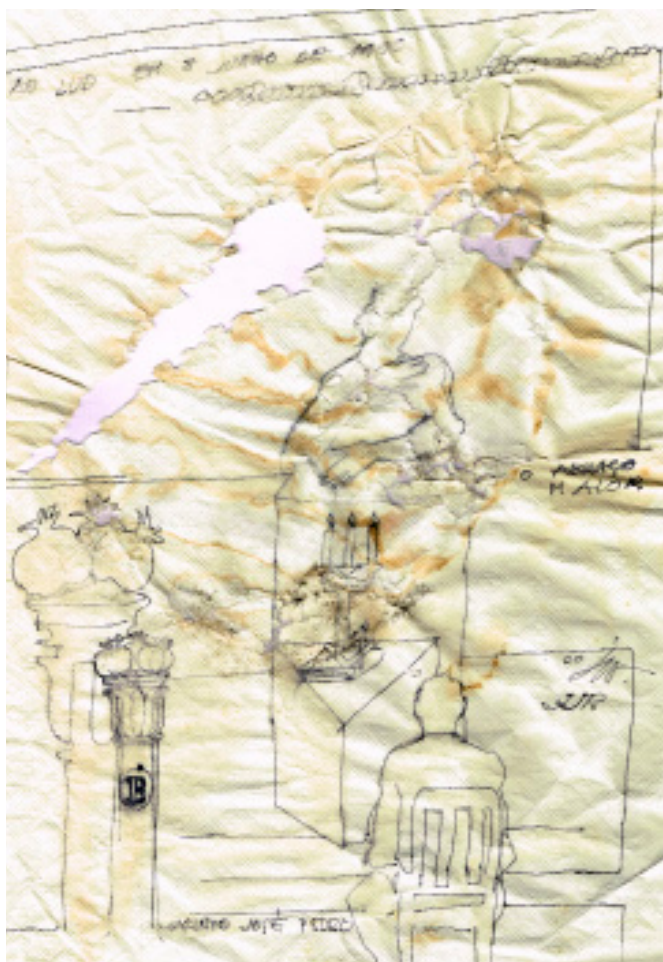
também, apesar das turmas extensas, sabia bem desde a primeira hora quem era quem, os que ali estavam para serem pintores ou escultores e os que apenas desejavam ser arquitetos, sendo a palavra apenas aqui colocada para enfatizar a contradição da escola se designar superior por ministrar arquitetura, enquanto os dois outros cursos eram, à data, considerados médios, título de bacharel

não é propriamente uma perfeição, mas ele esforça-se, O nosso caro Abel não tirou bem as medidas, calculou mal as proporções e, agora, corpo feito, não cabem os pés na folha de papel, Avance meu amigo avance, desenhe os pés aqui ao lado, junto à anca, que talvez no futuro alguém lhe chame a atenção para que o fetiche por pés já vem de longe

estávamos já em 1974, e na manhã de 25 de abril um mundo se desvaneceu, um outro mais límpido, começou a desenhar-se, tempos idos são tempos idos, ficam as memórias que, como se sabe porque é do conhecimento comum, se vão enrolando num novelo imenso, fofo é certo, mas que raramente nos prepara para o que vai de lá sair quando se começa a puxar pela ponta

não foi à primeira vez, mas à segunda, que quando subi as escadas da entrada do palácio, reparei no nome ínsito abaixo de Magalhães Lima, Norton de Matos e Luis Rebordão, no nome do autor

não sabia que ele era irmão, não sei se ele alguma vez soube que eu tinha chegado, terá havido ali uma pequena janela de oportunidade para nos cruzarmos, tal não aconteceu e a verdade é que sempre que entro e levanto cabeça, os meus olhos não se centram nas esculturas dos grão-mestres, mas mais abaixo ou mais alto, quem sou eu para o dizer, em Lagoa Henriques



ALBERTO LOURENÇO

Imagens Fraternalmente cedidas
pelo Ir.: Inácio Ludgero

DEGUSTAÇÕES

RECENSÃO

“História de uma Loja Centenária – Acácia Resp.: L.: Nº 281 a Or.: de Lis.:”

de Daniel Madeira de Castro

com Prefácio de António Valdemar e Henrique Monteiro

Em março de 2021 foi editado, pela “*Outra Perspectiva Editora*” (Lisboa), o livro “*História de uma Loja Centenária – Acácia Resp.: L.: Nº 281 a Or.: de Lis.:*” de autoria do Irmão Daniel Madeira de Castro, que foi membro do Conselho da Ordem do Grande Oriente Lusitano, nos Grão Mestrados dos Irmãos Dias Amado, Simões Coimbra, Raul Rego e Eugénio de Oliveira, para além de ter sido fundador da Respeitável Loja Acácia, na sua segunda fase de existência, e seu Venerável Mestre durante nove mandatos.

Decorado com o 33º Grau do Rito Escocês Antigo e Aceite, o Irmão Daniel Madeira de Castro tomou em mãos o desafio de iniciar um percurso nas Ordens de Sabedoria, tendo sido recebido em 2019 no Soberano Capítulo Fraternidade, ao Vale de Lisboa, do Grande Capítulo Geral de Portugal – Rito Francês, tendo ascendido no presente ano Maçónico à IIIª Ordem.

Como nos refere o Irmão António Valdemar, no seu Prefácio a este trabalho, “*Encontra-se, finalmente, consagrada em livro a História da Loja Acácia, do Grande Oriente Lusitano. Elementos factuais que permaneciam dispersos, que se ignoravam ou eram susceptíveis de controvérsia permitem-nos esclarecer as suas origens, as grandes causas sociais, políticas e culturais em que se empenhou e um levantamento exaustivo dos sucessivos quadros que a têm integrado durante mais de um século. Todas estas circunstâncias evidenciam a dimensão e o significado que a Loja Acácia adquiriu não apenas no âmbito da Maçonaria, mas em numerosos outros domínios da sociedade portuguesa*”.

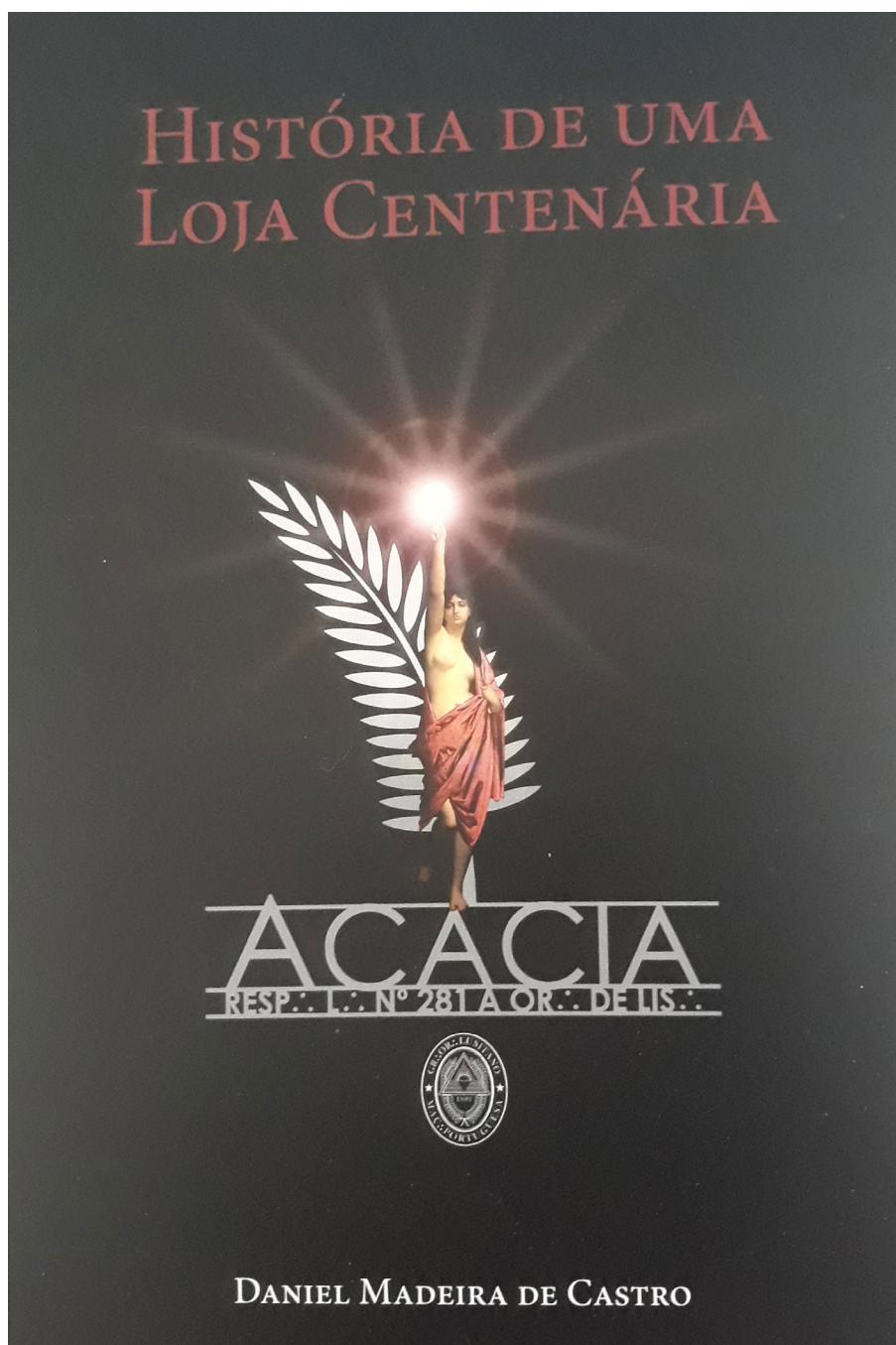
A obra abrange duas partes, decorrendo a primeira desde o período de fundação da Loja, em 4 de Março de 1908, até Fevereiro de 1935, pois desconhece-se a sua atividade até cerca de 1952, quando abateu Colunas durante a clandestinidade. O segundo período focado refere-se à sua refundação, em 1985, e reporta-se à vida da Oficina, desde a sua Reinstalação até à atualidade. Nascida no Rito Francês, que praticou até à ilegalização da Maçonaria, a Respeitável Loja Acácia renasceu no Rito Escocês Antigo e Aceite, que era o único Rito utilizado pelas Lojas do Grande Oriente Lusitano nos anos 80. Na fase “*Grande Oriente Lusitano Unido*”, esta Oficina foi Capitular desde 1908, tendo, todavia, a Carta-Patente do Soberano Capítulo de Cavaleiros Rosa Cruz Acácia, nela sustentado, só sido formalmente emitida em 1915.

A Respeitável Loja Acácia, para além de ter integrado nos seus Quadros, membros que tiveram papéis de destaque tanto na História de Portugal, como na História da Maçonaria Portuguesa, tais como o Grão Mestre Irmão Norton de Matos, ou o Irmão Adelino da Palma Carlos, ao longo da sua vida post-25 de Abril muitos têm sido os seus membros que têm sido chamados a ocupar cargos de Dignitários do Grande Oriente Lusitano, tanto no Conselho da Ordem como na Grande Dieta, ou no Grande Tribunal Maçónico. Para além destas referências, relativamente aos quais são apresentados neste livro elementos biográficos detalhados, esta obra inclui igualmente um amplo levantamento, que inclui a maiorpartedosIrmãosquepassaramporestaOficina, de importância relevante na Maçonaria Portuguesa.

Daniel Madeira de Castro, prepara já uma segunda edição deste livro, que virá a integrar alguns elementos adicionais, perspectivando-se a sua publicação em 2022. Trata-se de uma obra bastante completa, cuja leitura se recomenda, e que se insere num domínio ainda pouco explorado pela nossa Historiografia Maçónica: a edição de trabalhos de investigação relativos à História de Lojas Maçónicas.

E, certamente no âmbito do Grande Oriente Lusitano, outras Oficinas tiveram percursos merecedores de serem objeto de investigações de grau de desenvolvimento semelhante, pelo que se espera que o exemplo do Irmão Daniel Madeira de Castro, possa vir a ser seguido por outros Irmãos, porque a preservação da memória é sempre um aspecto essencial, na vida de qualquer organização.

Joaquim Grave dos Santos





“Sapere Aude Lectures”

Um espaço mundial de divulgação da Cultura Maçónica

A presente pandemia, com a consequente interrupção dos Trabalhos presenciais, que ocorreu em todo o Mundo, levou a que a Maçonaria tivesse de se reconstruir, introduzindo novas formas de partilha de conhecimentos, que têm permitido manter a chama viva. A Loja Maçónica reinventou-se, e as reuniões em videoconferência têm vindo a consolidar as Cadeias de União das Oficinas, mesmo tendo em conta que não possibilitam a mesma experiência humana, que se vive numa Sessão presencial.

Mas nem tudo é negativo nesta situação, e a utilização deste tipo de ferramentas digitais, evidenciou as suas enormes potencialidades para derrubar as barreiras inerentes aos afastamentos geográficos, permitindo juntar num mesmo evento, Irmãos e Irmãs de todas as partes do Mundo.

Um exemplo extraordinariamente meritório é o das Conferências “Sapere Aude Lectures”, que nasceu por iniciativa de Irmãos que trabalham sob os auspícios da Grande Loja da Geórgia (www.grandlodge.ge), e da Grande Loja da Lituânia (www.grandlodge.lt). Em 15 de Abril de 2020, cerca de 60 Irmãos de vários países (Geórgia, Lituânia, Letónia, Escócia, Suécia, Dinamarca, Noruega, Itália, República Checa e Uruguai) estiveram presentes numa primeira conferência realizada na plataforma “Zoom”, apresentada pelo Irmão Robert Cooper, e que teve por tema “História das origens. A Maçonaria e os seus rituais originais, anteriores a 1717”. Esta conferência foi gravada, e partilhada em grupos de “Facebook” Maçónicos de todo o Mundo.

Face ao excelente acolhimento, esta iniciativa deu origem a uma série de 9 conferências do Irmão Robert Cooper. O interesse demonstrado pela Premier Lodge of Masonic Research Quatuor Coronati (www.quatuorcoronati.com/), possibilitou que fossem realizadas outras conferências de elevado nível, tais como as que foram apresentadas pelo Professor (e Irmão) Andreas Önnersfors e pelo Irmão David Harrison, focalizados para aspetos gerais ou acontecimentos particulares da História da Maçonaria.



Na sequência, excelentemente dinamizadas e moderadas pelo Irmão David Chichinadze, foram já realizadas mais de 100 conferências, que se encontram disponíveis no “Youtube”, apresentadas por cerca de 50 conferencistas das mais diversas nacionalidades, e que trataram de temas relativos a história, filosofia, aspetos nacionais, e particularidades presentes em diferentes partes do Globo.

Como se pode constar da respetiva listagem, as “Sapere Aude Lectures” integraram palestras de conferencistas de referência, para além dos já citados, tais como Pierre Mollier, Cécile Révauger, Jean-Louis de Biasi, Richard Berman, Adrian MacLiman, Martin Faulks, ou Felipe Corte Real, entre muitos outros. Este programa incluiu, também, 6 conferências de três Irmãos Portugueses. A heterogeneidade nacional dos participantes, tem dado lugar a excelentes debates na sequência das apresentações, cruzando-se opiniões de Irmãos e de Irmãs, provenientes de Obediências dos mais variados sentidos de prática Maçónica.

Paralelamente, começaram a ser organizadas as “*Sapere Aude Lectures plus*”, apenas acessíveis a Mestres Maçons, onde se tratam os mesmos temas, mas num âmbito mais aprofundado. Também neste ciclo, Portugal já esteve representado, numa conferência.

Todas as gravações das conferências, cuja listagem se encontra anexa ao presente artigo podem ser visualizadas no canal “*Youtube*” da “*Sapere Aude*”: <https://www.youtube.com/c/SapereAudeLectures>.

Na sequência de todas estas iniciativas, foi criada a Virtual Order Of Sapere Aude (VOOSA) (www.sapere-aude.world), declarando os seus promotores que “*apesar das diferenças na prática, nos rituais, nas jurisdições, e nos ritos, nós os Maçons do Universo desejamos aprender, explorar,*

questionar, avançar, e alcançar mais enquanto seres humanos individuais, e estamos disponíveis para partilhar conhecimentos com todo o mundo que nos rodeia, e esta oportunidade contribui para uma mais harmoniosa coexistência, através da educação, tolerância, e companheirismo”.

Recomenda-se, pois, uma visita às “*Sapere Aude Lectures*”, passadas ou futuras, que seguramente são uma ferramenta interessante, para quem pretender aprofundar a sua Cultura Geral Maçónica, para além de serem um espaço de sociabilidade entre Irmãos e Irmãs, que de outra forma permaneceriam separados.

Joaquim Grave dos Santos



